

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CATHARINA OLIVEIRA ALVES

**OS FUNDAMENTOS DO FRACASSO NO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO
ARMÊNIO PELA ADMINISTRAÇÃO OBAMA**

FLORIANÓPOLIS

2022

CATHARINA OLIVEIRA ALVES

**OS FUNDAMENTOS DO FRACASSO NO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO
ARMÊNIO PELA ADMINISTRAÇÃO OBAMA**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais do Centro sócio
econômico da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Catharina Oliveira

Os fundamentos do fracasso no reconhecimento do
genocídio armênio pela administração Obama / Catharina
Oliveira Alves ; orientador, Márcio Roberto Voigt , 2022.
p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. relações internacionais.
3. genocídio armênio . 4. direito internacional . I. ,
Márcio Roberto Voigt. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Catharina Oliveira Alves

**OS FUNDAMENTOS NO FRACASSO DO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO
ARMÊNIO PELA ADMINISTRAÇÃO OBAMA**

Florianópolis, 04 de março de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Márcio Roberto Voigt Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Sandra Regina Leal Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Alex Degan Dr.(a)
Instituição UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora

Prof.(a) Márcio Roberto Voigt, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Dedico a minha avó Maria Izabel Alves.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela minha vida e por ter me conduzido pelos caminhos que me trouxeram até aqui.

Agradeço a toda a minha família, em especial Carol, Isabella, Edina, Décio, Lili, Lúcia e Victória, por serem meu porto seguro sempre me apoiando e vibrando por mim desde o início, do período pré-vestibular até o momento presente. Seu apoio e amor me nutriram de tal forma que palavras não são capazes de expressar a minha gratidão.

Agradeço aos meus amigos por todo o apoio e carinho, especialmente nos momentos finais em que a ansiedade se multiplicou. Gratidão por terem me ouvido em tantas ocasiões e, principalmente, por vibrarem por cada pequena conquista vivida até aqui.

Agradeço ao Leo por ter estado ao meu lado mesmo nos dias mais desafiadores e por me ajudar a enxergar que tudo iria dar certo.

Agradeço ao professor Márcio Voigt pela paciência e por todas as conversas sempre tão enriquecedoras que tivemos ao longo deste percurso.

Por fim agradeço a minha amada vó Bel que me apoiou desde o primeiro dia da minha graduação até o último dia de sua vida. Seu amor e confiança em mim serão para sempre combustíveis na busca pelos meus sonhos.

“Vamos todos entrar para a história com uma triste estátua da liberdade e uma geração que não concorda.”

(Serj Tankian; Daron Malakian)

RESUMO

Violações de direitos humanos ocorrem desde os primórdios da humanidade. No entanto, a preocupação e a necessidade de preservar os direitos humanos surgiu em um passado recente. Por conta disto, é primordial que se busque cada vez mais a disseminação e a consolidação dos direitos humanos no mundo como um todo. Dentro do processo de aprofundamento das raízes dos direitos humanos, a memória dos acontecimentos históricos possui um papel de extrema relevância, uma vez que, ao trazer à tona os acontecimentos do passado, expõe lições valiosas que podem prevenir a repetição destes eventos no futuro. Com isto, o objetivo do presente trabalho é analisar os elementos que colaboraram para o fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama. Tal análise pode auxiliar no entendimento de quais são os principais mecanismos que contribuem para que negação de genocídios por parte dos Estados continue existindo. Para responder ao objetivo proposto serão revistos os fatos históricos que levaram ao massacre dos armênios em 1915, além disto será discutido o conceito de genocídio no sistema internacional e sua importância no direito internacional. Por fim serão investigadas as principais motivações e os principais atores envolvidos no fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama.

Palavras-chave: Genocídio; Negacionismo; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Human rights violations have occurred since the dawn of humanity. However, the concern and the need to preserve human rights emerged in the recent past. Because of this, it is essential to increasingly seek the dissemination and consolidation of human rights in the world as a whole. Within the process of deepening the roots of human rights, the memory of historical events has an extremely relevant role, since, by bringing to light the events of the past, it exposes valuable lessons that can prevent the repetition of these events in the future. With this, the objective of the present work is to analyze the elements that contributed to the failure of the recognition of the Armenian genocide by the Obama administration. Such an analysis can help to understand what are the main mechanisms that contribute to the continued existence of denial of genocide by States. In order to respond to the proposed objective, the historical facts that led to the massacre of Armenians in 1915 will be reviewed, in addition to this, the concept of genocide in the international system and its importance in international law will be discussed. Finally, the main motivations and the main actors involved in the failure of the Obama administration to recognize the Armenian genocide will be investigated.

Keywords: Genocide; Denialism; Human rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O Império Otomano.....	17
Figura 2- Mapa da Armênia	19
Figura 3- O Sultão Abdul Hamid II.....	21
Figura 4- O triunvirato do CUP	27
Figura 5- Caravana de deportados armênios Kharpert (Harput) em maio 1915.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Assembleia Armênia da América
AKP	Partido da Justiça e Desenvolvimento
ANCA	Comitê Nacional Armênio da América
ARF	Federação Revolucionária Armênia
ASALA	Exército Secreto Armênio para a Libertação da Armênia
CHP	Partido Popular Republicano
CUP	Comitê União e Progresso
EI	Estado Islâmico
ESL	Exército Sírio Livre
EUA	Estados Unidos
HDP	Partido Democrático dos Povos
MHP	Partido de Ação Nacionalista
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PYD	Partido da União Democrática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPG	Unidades de Proteção Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O GENOCÍDIO ARMÊNIO	16
2.1 O Império Otomano e o dilema das minorias	16
2.2 O sultanato de Abdul Hamid II e os primeiros massacres aos armênios	20
2.3 A ascensão dos Jovens Turcos.....	23
2.4 A Grande Guerra e o extermínio de uma Nação	29
2.5 O negacionismo turco e suas consequências	41
2.6 Conclusões parciais	50
3 OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA RELAÇÃO TURCO-ESTADUNIDENSE ATÉ O PERÍODO OBAMA	53
3.1 O conceito de genocídio no cenário internacional.....	52
3.2 O relacionamento turco-estadunidense após a Segunda Guerra Mundial	56
3.3 O fim da Guerra Fria e a mudança do posicionamento turco	60
3.4 A questão curda	64
3.5 A Guerra do Iraque: ponto de fricção	68
3.6 Conclusões parciais	72
4 O RELACIONAMENTO TURCO-ESTADUNIDENSE E A QUESTÃO ARMÊNIA NO GOVERNO OBAMA	74
4.1 A Turquia sob o AKP e o início do mandato Obama	74
4.2 Pressões turcas e armênias no governo Obama	81
4.3 A importância da Turquia no contexto das guerras do Afeganistão e Iraque	88
4.4 A primavera árabe e suas consequências.....	92
4.5 Conclusões Parciais.....	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

Em 1915 iniciam no Império Otomano uma série de massacres que mais tarde ficaram conhecidos como o genocídio armênio. Os acontecimentos que levaram a morte de mais de um milhão de pessoas na Turquia no final do século XX, causou uma grande dispersão dos sobreviventes pelo mundo. Os armênios se viram espalhados por todos os continentes em busca de segurança e melhores condições de vida. A memória do horror vivido assombrou estas pessoas ao longo de suas vidas. (ALMEIDA, 2013).

Duas décadas depois, o mundo observou o horror causado pelo nazismo (1933-1945). O Holocausto foi reconhecido enquanto crime de genocídio e desde então foi amplamente divulgado como forma de evitar que crimes como este nunca mais se repitam no cenário internacional (ALMEIDA, 2013). Uma parcela dos responsáveis por estes crimes foi julgada e condenada. Ainda assim, o crescimento de movimentos neonazistas e a negação por parte destes do Holocausto, mostram que a necessidade de se falar a respeito de questões que exemplificam o quão baixo a humanidade pode chegar é maior do que se imagina.

Partindo deste ponto, o genocídio armênio aparece como um caso interessante a ser analisado. A maneira com que o assunto pode assumir contornos extremamente polêmicos, provém da insistência por parte da Turquia (sucessora do Império Turco Otomano) em negar os massacres ocorridos enquanto genocídio. Sob o véu da ambígua ideia de intencionalidade, o país adota uma postura extremamente reativa em relação a caracterização dos eventos de 1915 como sendo um genocídio.

Dentro do processo de aprofundamento das raízes dos direitos humanos, a memória dos acontecimentos históricos possui um papel de extrema relevância, uma

vez que, ao trazer à tona os acontecimentos do passado, também traz lições valiosas que podem prevenir a repetição destes eventos no futuro.

Em vista disto, o reconhecimento do genocídio armênio, especialmente por parte da maior potência do globo (a saber Estados Unidos) é de importância vital para o desenvolvimento dos direitos humanos.

Por esta razão, a presente pesquisa tem como pergunta de partida: “Quais foram as motivações e os principais atores envolvidos no fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama.”

Para responder tal pergunta de partida alguns objetivos foram estabelecidos. O objetivo geral da pesquisa será identificar e analisar os principais atores e interesses envolvidos no processo que culminou no fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pelo governo Obama. Além disto, outros três objetivos específicos foram definidos: abordar o conceito de genocídio e a relevância em seu reconhecimento; analisar as relações entre Turquia e Estados Unidos e por fim compreender de que maneira se desenvolveu o processo de fracasso do reconhecimento do genocídio armênio durante a administração Obama.

Na realização da pesquisa utilizou-se, fundamentalmente, o método qualitativo. Além disso, para a explanação de acontecimentos, como, por exemplo, o desenrolar dos massacres em 1915 e também o desenvolvimento do relacionamento turco-estadunidense, recorreu-se também à utilização do método histórico.

De modo a atender os objetivos propostos a presente monografia foi estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “O GENOCÍDIO ARMÊNIO” se buscou compreender os fundamentos históricos dos massacres de 1915 além de identificar os principais atores envolvidos nestes eventos.

O segundo capítulo sob o título “OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA RELAÇÃO TURCA-ESTADUNIDENSE ATÉ O PERÍODO OBAMA” procurou analisar os principais pontos do relacionamento entre Turquia e Estados Unidos até o início do mandato Obama.

Por fim o último capítulo denominado “O RELACIONAMENTO TURCO-ESTADUNIDENSE E A QUESTÃO ARMÊNIA NO GOVERNO OBAMA” teve como objetivos: analisar as principais questões que envolveram o relacionamento destes dois países, além disto estabelecer sob qual contexto interno e externo Barack Obama governou e também como a questão do genocídio armênio foi tratada em seu governo. Após este capítulo estão descritas as considerações finais do trabalho.

2 O GENOCÍDIO ARMÊNIO

Para compreender o fenômeno chave para condução desta pesquisa, a saber, o genocídio armênio, é necessário que se faça uma revisão histórica dos fatos que sucederam ao massacre para que se tenha um entendimento mais alargado do mesmo. Esta revisão histórica dos fatos será conduzida nas seções seguintes.

2.1 O Império Otomano e o dilema das minorias

A região em que o genocídio armênio ocorreu compreende os territórios da Mesopotâmia, Anatólia, Oriente Próximo e Balcãs. Estes espaços foram disputados por diferentes grupos desde os primórdios das civilizações. Neles conviverem, desde a antiguidade, povos distintos por suas culturas e idiomas os quais estavam constantemente subordinados a alguma forma de autoridade política, algum império central cujo centro de poder estava quase sempre fora desta região. (ALMEIDA, 2013).

Almeida (2013) descreve que, por volta do século XI, um novo poder surge no Oriente, os Turcos Öğuz. Tais tribos lutavam em nome do Islã e eram chamados de Otomanos. O termo deriva do nome do fundador da dinastia, Osman I. Em um curto período de tempo, os otomanos se organizaram e conquistaram uma generosa parte das terras bizantinas.

Figura 1 - O império Otomano



Fonte: Encyclopaedia Britannica, 2010.

A autora também descreve a relação entre o poder muçulmano e as comunidades não-crentes. Tal relacionamento era regulado por um acordo denominado Dhimma. Este acordo, fundamentado nas leis sagradas do Alcorão, permitia que não-crentes vivessem em território muçulmano, organizando suas comunidades em torno de suas igrejas. Estas comunidades tinham o nome de Millets. Dentro de cada millet, a autoridade máxima era o sacerdote que cuidava dos assuntos internos. Os dhimmis (beneficiários do acordo, ou seja, os não-crentes) eram considerados cidadãos de segunda classe dentro do império. (ALMEIDA, 2013).

Com o passar do tempo, os herdeiros de Osman desfrutaram de séculos de glória em que suas vitórias foram se multiplicando. Constantinopla foi conquistada e as fronteiras otomanas cresciam cada vez mais. Após conquistar toda a região da Ásia Menor, os Otomanos se voltaram para a Europa e seguiram ganhando terreno. Em 1683 chegaram até os portões de Viena onde foram barrados. Depois de quase dez séculos de expansão constante, as tropas do Islã encontraram um obstáculo. (ALMEIDA, 2013).

Ademais, Almeida (2013) acrescenta que a Rússia era um opositor constante e ameaçador para o Império Otomano. Em 1768 os otomanos, em uma tentativa de barrar a expansão russa em direção aos Bálcãs, declarou guerra contra o Império Russo. A guerra se estendeu até 1774 e teve um resultado desastroso para os otomanos. O tratado de Kuchuk-Kainardji, assinado em 1774, entregou o território da Romênia para os russos além de conceder diversos direitos de navegação à Rússia, além disso concedeu a esta o direito de proteger os súditos cristãos do Império Otomano.

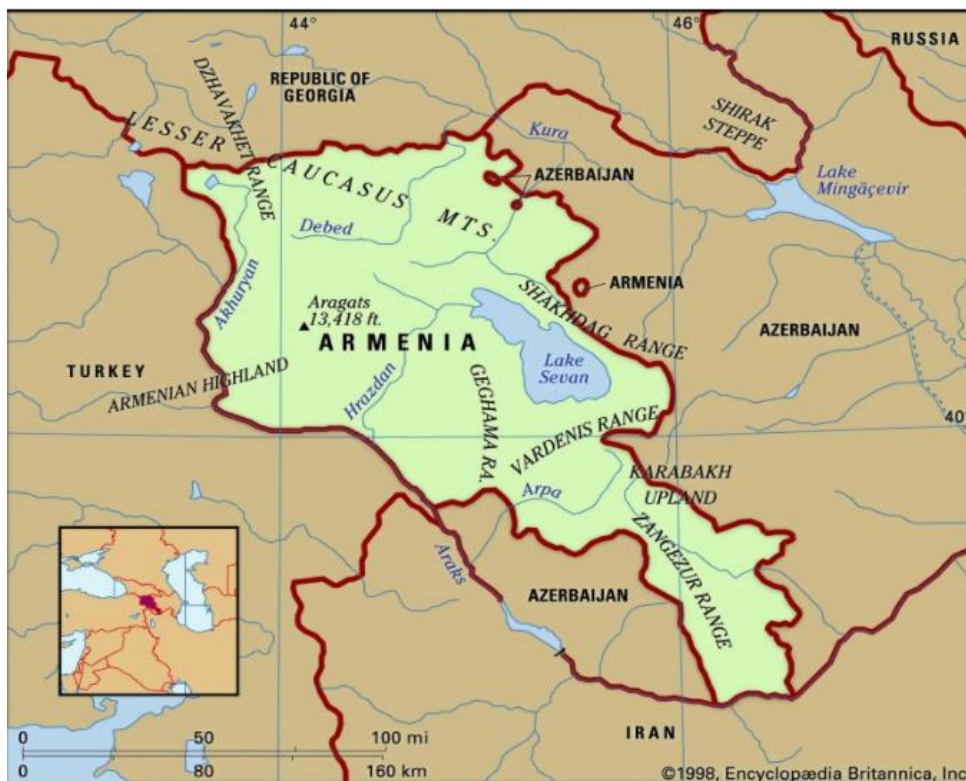
Somadas às derrotas militares estava a dificuldade econômica dos otomanos. Com a conquista da América Espanhola, grandes montantes de prata entraram nos mercados europeus. Isto fez com que a moeda otomana perdesse valor e a inflação aumentasse no Império. A frustração dos planos expansionistas dos otomanos fez com que o Império se voltasse para dentro. Era o início daquilo que se configuraria enquanto declínio do Império Otomano (ALMEIDA, 2013).

No que diz respeito a classificação do que poderia ser considerado como a crise do Império Otomano, Loureiro (2016) menciona a historiadora Monique Sochaczewski Goldfeld que defende uma classificação que considere as dinâmicas criadas pelo Império Otomano para garantir sua existência ao longo do tempo ao invés de apenas pensar em uma definição de "declínio" do Império, uma vez que no apogeu territorial do Império (sultanato de Selim I século XVI) já era possível identificar rachaduras. Monique também aponta que é nos Oitocentos que a fase final Otomana obteve contornos dramáticos (Goldfeld 2015 apud Loureiro).

Os povos armênios, que naquela ocasião se encontravam divididos entre os domínios turco e russo, viram no declínio otomano, a oportunidade de reivindicar mais direitos e autonomia diante da Sublime Porta (denominação dada ao governo otomano) que, nesta altura, se via pressionada pelas potências europeias, as quais desejavam maior capilaridade nos negócios otomanos. Para tal, a questão das minorias no Império foi usada por atores como o Império Russo e a Grã-Bretanha como pretexto para uma maior interferência nos assuntos otomanos. (LOUREIRO, 2016).

Loureiro (2016) aponta também que ainda que fossem uma minoria numerosa de cerca de dois milhões de pessoas, os armênios no Império Otomano não constituíam uma maioria demográfica capaz de servir de base para um território nacional autônomo (como foi o caso dos gregos nos Bálcãs, por exemplo). Os armênios estavam espalhados pela Anatólia Oriental composta pelas províncias de Van, Erzurum, Bitlis, Diyarbakir, Harput, Sivas (Armênia Ocidental) e Cilícia (anteriormente um reino armênio, também chamado de Armênia Menor).

Figura 2 - Mapa da Armênia



Fonte: Encyclopaedia Britannica, 1998.

Apesar da maior parte da população armênia ser composta de camponeses, havia nas grandes cidades como Constantinopla e Esmirna (atual Ízmir) uma elite urbana dinâmica ligada a atividades comerciais e burocráticas. Estas elites estavam em contato frequente com outros armênios residentes em outros centros urbanos influentes como, por exemplo, Tiflis (atual Tbilisi, capital da atual República da Geórgia) e Baku (capital da atual República do Azerbaijão). Ademais, esta elite estava

em contato com outros armênios que estavam integrados à alta sociedade de cidades europeias como Londres, Paris e Genebra. (LOUREIRO, 2016).

Loureiro (2016) ainda argumenta que a prosperidade dos homens armênios de negócios acrescentada à piora da condição de vida da população do Império contribuiu para aumentar o distanciamento entre turcos e armênios. Ademais, a elite armênia mais abastada procurava dar educação europeia para seus filhos. A consequência deste movimento foi a influência da cultura política ocidental que ajudou a reanimar a identidade nacional armênia.

2.2 O sultanato de Abdul Hamid II e os primeiros massacres aos armênios

A ascensão de Abdul Hamid II ao poder marca a transição de um período de tolerância a um período de repressão. A partir de sua chegada ao trono otomano, as políticas de Estado em relação às minorias se transformaram. Para Almeida (2013) o esforço em igualar e assimilar, se converteu em uma luta selvagem em busca de diferenciar, separar e eliminar.

Figura 3 - O Sultão Abdul Hamid II



Fonte: Daily Sabah, 2021.

Abdul Hamid II foi o trigésimo quarto Sultão Otomano. Filho de Abdul Mecit I, ele chegou ao poder após a deposição de seu irmão Murad V, cujo mandato não pôde ser finalizado por conta de uma enfermidade mental. (ALMEIDA, 2013).

Almeida (2013) relata que, em 31 de agosto de 1876, sobe ao trono Abdul Hamid II, considerado o último sultão otomano relevante. A primeira Constituição Otomana foi promulgada em 23 de dezembro de 1876 e era baseada na Constituição Belga de 1831.

Com a eclosão da Guerra Russo-Turca, Abdul Hamid II fecha o parlamento e revoga a recém-promulgada Constituição Otomana. Loureiro (2016) assinala que,

neste período, as negociações e planejamento da construção da ferrovia Berlim-Bagdá junto aos parceiros alemães se mostravam cruciais para que o transporte de tropas fosse acelerado. Hamid insistia que os trilhos deveriam passar pelas províncias orientais, densamente povoadas por armênios, em uma tentativa de combater prontamente qualquer rebelião por parte dos armênios e ainda qualquer tentativa de invasão por parte dos russos. A respeito de possíveis rebeliões por parte da comunidade armênia do Império, Loureiro destaca:

A pressão estrangeira por reformas, aliada ao esfacelamento da porção europeia do Império Otomano e o receio que os grupos políticos armênios fossem catalisadores de um movimento separatista na Anatólia fez com que Abdul-Hamid II lançasse mão da burocracia imperial e de alianças com grupos curdos e circassianos para atacar províncias com grande concentração populacional de armênios em uma série de massacres que matou cerca de 100 mil pessoas entre os anos de 1894-96. (LOUREIRO, 2016 p. 47)

No que diz respeito às alianças feitas entre o governo e grupos curdos e circassianos, Almeida (2013) acrescenta que estas tinham como pretexto o controle das fronteiras com a Rússia o que, na prática, significava o controle dos povos armênios. A autora difere de Loureiro em relação a quantidade de armênios mortos. Segundo ela, entre 1894 e 1896 cerca de 200.000 armênios foram mortos. Ela ainda discorre sobre o modo como estas mortes aconteceram. A maneira mais comum era iniciar provocações que culminavam em massacres nos quais ocorriam mortes de ambos os lados, mas com um número maior de baixas do lado armênio. A provocação também acompanhava a exigência de impostos e confisco de bens, tudo que fosse necessário para que algum armênio perdesse a razão e confrontasse as autoridades turcas. (ALMEIDA, 2013).

Outro autor interessante a se destacar é Henry Morgenthau, embaixador americano que trabalhou em Constantinopla de 1913 a 1916. Em seu livro *a história do embaixador Morgenthau*, o autor trás um relato pessoal do que viu e viveu enquanto embaixador, descrevendo os acontecimentos que culminaram no genocídio da população armênia.

Morgenthau (2010) também comenta a respeito do mecanismo de provocação utilizado pelo Império Otomano:

Durante anos, a política turca havia consistido em provocar a população cristã para que fossem cometidas infrações públicas e, em seguida, usar aqueles atos ilícitos como desculpa para massacres. O clero e os líderes políticos armênios viram muitas provas de que os turcos estavam usando suas velhas táticas e, por conseguinte, procuraram o povo e o aconselharam a ficar quieto e aguentar pacientemente todos os insultos e até mesmo ultrajes para não dar aos muçulmanos a abertura que eles estavam procurando. (MORGENTHAU, 2010 p. 233)

Esta onda de massacres durou, conforme menciona Almeida (2013) até 1896. Depois disto a situação, de certa forma, se acomodou. Isto se deve, em parte por uma tentativa de não chamar atenção dos governos europeus, e também por conta dos armênios terem evitado a todo custo novos confrontos com a Sublime Porta.

É importante ressaltar que o despótico reinado de Abdul Hamid II oprimia não apenas os armênios e outros cristãos, mas também políticos e intelectuais que se opunham a ele. Hamid procurou desenvolver a rede de comunicação imperiais e desenvolveu uma rede de espões e informantes espalhada pelo Império. Por conseguinte, o sultão controlava as organizações de oposição que insistiam em surgir. Jovens intelectuais foram presos e exilados em decorrência de suas tendências políticas vistas como revolucionárias pelo governo. Estes grupos opositores se reuniam secretamente, o que fazia com que sua circulação e alcance, embora limitados, ocorressem. (ALMEIDA, 2013).

2.3 A ascensão dos Jovens Turcos

No ano de 1896 surge em Salônica um grupo composto por jovens oficiais do exército e membros da burocracia otomana cuja educação tinha sido primordialmente europeia. Este grupo defendia a modernização e secularização enquanto solução para o colapso que assolava o Império (LOUREIRO, 2016).

O grupo se organizou em um comitê denominado Comitê União e Progresso (CUP) e tinha lideranças originárias das bordas do Império, regiões nas quais a fragmentação de poder era mais proeminente. O CUP tinha como pontos principais a defesa do panturquismo para recuperação do território perdido ao longo do tempo além do reassentamento dos milhares de muçulmanos refugiados após os conflitos com o Império Russo e as guerras nos Bálcãs. (LOUREIRO, 2016).

Em pouco tempo o movimento cresceu e já contava com células organizadas em várias cidades do país. Alguns membros foram presos e exilados em diversos locais como Cairo e Atenas. As Forças Armadas do império ganhavam mal e tinham recursos e alimentação escassa. Os “Jovens Turcos” (alcunha dada ao CUP) se mostravam preocupados com a ineficiência imperial e isto trouxe muitos simpatizantes dentro das Forças Armadas (LOUREIRO, 2016).

Desfrutando do apoio de boa parte das Forças Armadas e de grupos muçulmanos descontentes com a crise política e econômica que afligia o Império por décadas, o CUP assumiu o poder em 1908, sem depor Abdul Hamid, que permaneceu como peça figurativa até 1909 quando uma tentativa de contragolpe iniciada pelas forças leais ao sultão fez com que o mesmo fosse exilado para Salônica e seu irmão passou a assumir seu posto. A constituição otomana, revogada por Hamid, foi restaurada (LOUREIRO, 2016).

O surgimento de um grupo como os Jovens Turcos despertou grandes expectativas na população. A imprensa internacional noticiou o surgimento de um grupo de jovens revolucionários que partiram rumo a Constantinopla, depondo o sanguinário Abdul Hamid e estabelecendo um sistema constitucional. Apesar desta comoção e expectativa gerada com o surgimento dos Jovens Turcos, Morgenthau (2010) cita o discurso proferido pelo Paxá Enver no momento da chegada vitoriosa na praça da Liberdade em Salônica em julho de 1908:

Hoje, o governo arbitrário desapareceu. Somos todos irmãos. Não há mais na Turquia búlgaros, gregos, sérvios, romenos, muçulmanos nem judeus.

Sob o mesmo céu azul, todos nós temos orgulho de ser otomanos. (ENVER, apud MORGENTHAU, 2010 p.21)

Com o estabelecimento do novo governo, o embaixador relata que houve, em suas palavras: uma “farrá de amor”, nas quais cenas de reconciliação frenéticas com armênios e turcos se abraçando publicamente eram frequentes. O clima parecia sinalizar, de fato, a união de povos cujo antagonismo vinha de longa data. Os líderes do CUP, entre eles Talaat e Enver, visitaram igrejas cristãs e participaram de preces e agradecimentos pela nova ordem, além de visitarem também cemitérios armênios, em uma demonstração de empatia para com os armênios mortos durante todos aqueles anos de hostilidades. (MORGENTHAU, 2010).

Os ventos pareciam mesmo estar começando a soprar em favor das minorias do Império. No entanto, estas expectativas foram logo suprimidas. Morgenthau elucida que:

Com a deposição do Sultão Vermelho, Abdul Hamid, e o estabelecimento de um sistema constitucional, os armênios pela primeira vez em séculos se sentiam como homens livres. No entanto, como já descrevi, todas essas aspirações desapareceram como um sonho. Muito antes do início da Guerra Europeia, a democracia turca já havia desaparecido. (MORGENTHAU, 2010 p. 223).

A queda do sultão e retomada da ordem constitucional não foram suficientes para conter a crise política do Império que tinha como principal fonte a fragmentação dos domínios otomanos nos Bálcãs. Esta criava um fluxo de refugiados muçulmanos que foram reassentados pelo governo ao longo das estradas de ferro que cortavam as províncias orientais e a Anatólia, regiões densamente povoadas por armênios. Loureiro (2016) afirma que a região, que até meados do século XIX tinha aproximadamente 56% de população não muçulmana, recebeu, neste período, aproximadamente 400 mil imigrantes muçulmanos.

Ademais, 3 meses após o golpe, o governo recebeu notícias desanimadoras das fronteiras: a Bulgária declarou sua independência em 5 de outubro e o Império Austro-Húngaro anexou oficialmente a Bósnia-Herzegovina no dia 6 de outubro de 1908, mesmo dia em que a Assembleia em Creta (Estado autônomo sob soberania

do Império Otomano) aprovou a resolução que formou um governo interino a partir da união dos territórios junto a Grécia. (ALMEIDA, 2013).

Todo este cenário contribuiu para o aumento do sentimento anticristão. As tensões provocadas pela interação entre os recém-chegados refugiados muçulmanos e a população cristã (armênios, gregos e assírios) que já estava estabelecida naquelas terras, desencadeou, em 1909, uma série de perseguições, sobretudo na cidade de Adana, mas que atingiu também cerca de 200 vilas e cidades da região da Cilícia. De acordo com Loureiro (2016) estas perseguições provocaram a morte de cerca de 200 mil armênios mostrando que a troca de governo não significou uma melhora no tratamento dado às minorias.

Morgenthau (2010), por outro lado, difere em relação ao número de mortos e afirma que:

Até a eclosão da Guerra Europeia, não havia dia em que ultrajes e assassinatos não acontecessem nos *vilayets* armênios. O regime dos Jovens Turcos, apesar de suas promessas de fraternidade universal, não deu trégua àquele povo. Poucos meses após as celebrações já descritas, um dos piores massacres aconteceu em Adana, eliminando 35 mil pessoas (MORGENTHAU, 2010 p. 227).

Nos primeiros anos da década de 1910 houve uma radicalização no CUP. Revoltas em Damasco e no Iêmen, além da perda, em 1911, da região de Trípoli para a Itália somada a derrota na Guerra do Balcãs (1912-1913) abriram espaço para a ascensão dentro do Comitê de um grupo mais radical liderado por três paxás: Ismail Enver, Mehmet Talat e Ahmed Cemal em um movimento que se configurou em um tipo de golpe dentro do já instaurado golpe de 1913. Estes paxás ocuparam os principais postos do governo otomano e fortaleceram a retórica turcófila por todo o país, defendendo a homogeneização do Império com base no islã e no nacionalismo turco (LOUREIRO,2016).

Loureiro (2016) ainda ressalta que boicotes aos negócios de armênios e gregos começaram a ser organizados e incentivados pelos Jovens Turcos em uma tentativa de enfraquecer o poder econômico destes grupos ao mesmo tempo em que

fortaleceria o poder econômico dos muçulmanos, o que resultaria em uma economia nacional dominada por cidadãos os quais a Sublime Porta poderia confiar.

Figura 4 – O Triunvirato do CUP



Fonte: Brewminate, 2019.

A deterioração das relações entre turcos e armênios somada ao conflito nos Bálcãs, fez com que os grupos armênios que mantinham ainda algum tipo de diálogo com o governo deixassem de apoiá-lo, retomando as negociações com as potências europeias e com o Império Russo para que estes tomassem partido na questão das minorias que tanto sofriam no Império. Este movimento resultou em um plano de reformas acordado em Echmiadzin (região que se localizava na chamada “Armênia Russa”, isto é, fora dos domínios otomanos) esboçado pela Rússia com o apoio do patriarca armênio. Loureiro (2016) a respeito deste acordo menciona que:

(...) foi rapidamente condenado pelos alemães que viam na proposta uma tentativa czarista de promover a autonomia armênia para anexar em momento oportuno as províncias otomanas ocupadas por aquele povo. Para Talat e os líderes do CUP, o pedido de intervenção das lideranças armênias em um momento em que a fragmentação imperial era dramática foi a gota d’água. Na visão da cúpula do Comitê, ou a questão armênia encontrava uma solução “para os próximos 50 anos”, ou o Império Otomano perderia a Anatólia assim como havia perdido os Bálcãs (LOUREIRO, 2016 p.51).

O cenário no Império parecia se tornar cada vez mais inóspito para as minorias que o habitavam. A crise política ganhava contornos dramáticos. Em setembro de 1913, o CUP arcou, mais uma vez, com o peso da mutilação do Império Otomano ao assinar o Tratado de Constantinopla. Neste, os otomanos aceitaram a perda de aproximadamente 20% de seu território (nos quais 98% das terras eram europeias). O território perdido continha grandes terras agricultáveis, melhores zonas de comércio do império além de cerca de quatro milhões de habitantes pagantes de impostos. Almeida (2013) acrescenta que cerca de 400 mil refugiados muçulmanos buscaram refúgio no Império, aumentando a pressão social. Pela primeira vez na história, os turcos se tornaram maioria da população no Império (ALMEIDA, 2013).

O peso do poder sob as cabeças dos líderes do CUP parecia não ser um problema. No entanto, os problemas a serem resolvidos eram tão numerosos quanto antes. Para mais, o Império sentia a pressão da decisão pela entrada ou não na Primeira Guerra Mundial que já havia sido iniciada a esta altura. Todo o discurso e defesa do otomanismo, igualdade social e religiosa que os líderes do CUP defendiam quando da sua chegada ao poder simplesmente deixaram de existir como já elucidado anteriormente. Com as insistentes perdas territoriais, crise econômica e política, a opinião pública passou a defender cada vez mais o nacionalismo estrito. Era o sepultamento de qualquer esperança para as minorias do Império. (ALMEIDA, 2013).

No que concerne ao relacionamento do Império Otomano com outras nações, é interessante destacar o papel da Alemanha na modernização das Forças Armadas otomanas. Alemães ocuparam postos de comando e ofereceram treinamento para os oficiais turcos. Todo este auxílio, contudo, teria um alto preço para os turcos. A princípio, o kaiser alemão defendia uma neutralidade por parte dos otomanos, posição que, com o passar do tempo e intensificação do conflito, se alterou. Em 27 de setembro de 1914, o comando alemão decidiu fechar a passagem do Estreito de Dardanelos. (ALMEIDA, 2013).

Ao fechar o estreito, os alemães colocaram o CUP em uma situação irreversível. A entrada no conflito mundial era inevitável. Morgenthau explica as consequências do fechamento do estreito:

Era através daquele estreito portão que os produtos excedentes de 175 milhões de pessoas chegavam à Europa e nove décimos de todas as exportações e importações da Rússia seguiam havia anos. Ao fechá-lo subitamente, a Alemanha destruiu a Rússia como potência tanto econômica quanto militar. (...) E o que talvez tenha sido ainda mais fatal: impediu que Inglaterra e França enviassem munição em quantidade suficiente para o *front* russo a fim de deter o ataque furioso dos alemães. (MORGENTHAU, 2010 p.94).

Morgenthau (2010) destaca também a figura do barão Von Wangenheim, embaixador alemão escolhido diretamente pelo Kaiser para desempenhar funções no Império Otomano dentre as quais acabaram por culminar no fechamento de Dardanelos.

Wangenheim foi instruído a usar o Império Turco como um aliado ativo. Até aquele momento, aquela nação de vinte milhões de habitantes havia sido um parceiro passivo, refreado por Wangenheim até que a Alemanha decidisse que seria necessário pagar o preço e permitir sua participação de fato na guerra. Era chegado o momento em que a Alemanha precisava do exército turco e o sinal externo de que a situação havia mudado foi o fechamento de Dardanelos (MORGENTHAU, 2010 p.93 -94).

2.4 A Grande Guerra e o extermínio de uma Nação

A entrada do Império Otomano na Grande Guerra ao lado dos Impérios Alemão e Austro-Húngaro se apresentou como uma oportunidade para os líderes do CUP de recuperar os inúmeros territórios perdidos ao longo das últimas décadas. Loureiro (2016, p.52) pontua que esta entrada lançava os otomanos em: “um conflito contra os velhos inimigos russos, além de França e Império Britânico, potências europeias que estavam no imaginário das lideranças otomanas como demasiado intervencionistas nos assuntos do país.” O estabelecimento, em 1815, do chamado Concerto Europeu deu aos franceses e britânicos a possibilidade de se reunir e deliberar a respeito da

dívida otomana. Estes prescreviam medidas que culminaram na aceleração da penetração do capital europeu no país. Com o decreto de falência em 1875, os otomanos precisaram aceitar que o capital europeu administrasse a dívida pública do Império, o que acarretou na transferência dos lucros alfandegários e impostos sobre monopólio e comércio para as mãos das potências europeias (LOUREIRO, 2016).

Por sua parte, o Império Russo, a partir de 1880 se tornou o cerne da modernização e desenvolvimento comparável apenas com o dos Estados Unidos nas décadas seguintes. O desejo de ampliar seu domínio em direção à Anatólia e Oriente Médio assim como de evitar que alguma outra potência controlasse a navegação no estreito de Bósforo (que cortava Constantinopla) e pelo qual passava cerca de 40% das exportações russas fazia do Império Russo, um constante antagonista frente as aspirações otomanas (LOUREIRO, 2016).

Loureiro (2016) revela também a influência do Império Alemão. O autor afirma que:

O Império Alemão, por outro lado, era visto com mais simpatia pela elite otomana. O Kaiser Guilherme II fez visitas oficiais a Abdul-Hamid II nos últimos anos do século XIX, em busca de concessões que beneficiassem os interesses alemães naquela parte do mundo, principalmente para a construção de ferrovias como a Berlim-Bagdá. (...) Ademais, alguns dos Jovens Turcos – incluindo Enver, líder carismático do CUP e nomeado ministro da Guerra em janeiro de 1914, com apenas 32 anos – receberam educação militar prussiana e esses consideravam que estar do lado alemão aumentaria as chances de vitória, ainda que houvessem partidários de uma aliança com os britânicos ou de manter a neutralidade (LOUREIRO, 2016 p. 52-53).

Ainda que a aliança com o Império Alemão fosse uma questão que levantava divergências de opiniões dentro do Império Otomano e até mesmo no gabinete do CUP, os alemães foram vitoriosos em sua campanha de penetração, propaganda e controle do exército otomano que resultou, como já apontado aqui, na entrada dos otomanos na Grande Guerra. Morgenthau (2010) discorre com mais detalhes em

relação a estas divergências internas:

No entanto, devido ao fato de o gabinete ministerial estar tão dividido, os próprios alemães tiveram de empurrar a Turquia para o precipício. Na noite após minha conversa com Talaat, notícias fatídicas chegaram da Rússia. Três torpedeiros turcos haviam entrado no porto de Odessa, afundado a canhoneira russa *Donetz*, matado parte da tripulação e danificado dois *dreadnaughts* russos. Também afundaram o navio francês *Portugal*, matando dois membros da tripulação e ferindo outros dois. Depois, apontaram seus canhões para a cidade e destruíram uma fábrica de açúcar, causando algumas mortes. (MORGENTHAU, 2010 p. 106).

Morgenthau ainda ilustra os verdadeiros tomadores de tal decisão ao afirmar que:

Oficiais alemães comandavam aqueles navios turcos; havia pouquíssimos turcos a bordo, já que havia sido decretado feriado para a tripulação turca devido ao festival religioso do Bairão. O ato era simplesmente infundado e sem motivo; os alemães atacaram a cidade deliberadamente a fim de tornar a guerra inevitável (MORGENTHAU, 2010 p. 106).

A entrada do Império Otomano na guerra causou uma ruptura dentro do gabinete ministerial. Esta decisão acarretou em pedidos de demissão dentro do governo, como foi o caso de Mehmed Djavid Bey (ministro das finanças) que resignou de seu cargo após a definição em favor da entrada na guerra ao lado dos Impérios centrais. (MORGENTHAU,2010).

Esta decisão em favor da adesão a guerra gerou consequências irreversíveis. Morgenthau (2010) avalia enquanto resultado primário, no âmbito da política interna, a entrega do Império Otomano nas mãos do CUP, que passou a controlar de vez quase todos os setores do governo.

Embora as expectativas da cúpula do CUP em relação a Grande Guerra fossem altas, os primeiros meses de conflito não foram favoráveis aos otomanos. Desde a declaração de guerra em 2 de novembro de 1914 até abril de 1915 o Império Otomano e seus aliados acumularam derrotas estrondosas. A tentativa, comandada por Ahmed Cemal e o IV exército, de tomada do Canal de Suez foi amplamente rechaçada pelas tropas britânicas. Do outro lado, no front oriental, o III exército comandado por Ismail

Enver conduziu a batalha em Sarikamish, durante o inverno caucasiano. Esta foi considerada uma das mais desastrosas batalhas para os otomanos. Metade dos quase 100 mil soldados turcos morreram. (LOUREIRO, 2016).

Em abril de 1915, os ventos pareciam começar a soprar em favor do Império Otomano. O V exército (composto de forças turco-germânicas) derrotaram a marinha britânica que tentava atravessar os estreitos que separam a Europa da Ásia e cortam Constantinopla ao meio. Esta região é considerada a “traqueia da Eurásia” e é a principal rota de entrada e saída de mercadorias da Rússia. No final de 1914, os britânicos tentaram passar pelo bloqueio do V exército com uma frota que levava um corpo de soldados composto por neozelandeses e australianos, denominada Anzac. Estes foram detidos por minas instaladas no estreito de Dardanelos que afundaram três navios. Embora a opinião de Winston Churchill fosse a de que as minas poderiam ser descobertas e/ou evitadas à custa de algumas baixas do lado aliado, o comando britânico acabou por optar pela retirada e desembarque das tropas na península de Galípoli, no dia 25 de abril de 1915. Acerca do embate ocorrido em Galípoli, Loureiro (2016) pontua:

Na batalha ali travada, brilhou a estrela de Mustafá Kemal, que conseguiu manter as posições turcas a despeito da superioridade numérica e bélica da Anzac, o que rendeu a ele mais do que a condecoração da Cruz de Ferro alemã e a promoção ao posto de coronel, rendeu uma aura de herói que ele saberia reivindicar ao final da Guerra. (LOUREIRO, 2016 p. 53-54).

Concomitantemente aos conflitos travados em razão da guerra, e aproveitando do véu que embaçava a visão externa dos acontecimentos internos no Império Otomano, o CUP começou a levar a cabo uma política que teria como fim o extermínio da população armênia que vivia no império. Loureiro (2016) ilustra que:

o desembarque da Anzac ocorreu algumas horas depois da prisão da elite armênia de Constantinopla – eliminando qualquer possibilidade de uma Armênia independente na Anatólia e indo além com o plano de homogeneização étnico-econômica do Império, precedida por uma série de leis e decretos que tornavam legal a deportação dos armênios e a expropriação de seus bens deixados para trás. (LOUREIRO, 2016 p. 54).

Na noite do dia 24 de abril de 1915 intelectuais armênios foram presos e deportados para o interior do país. Esta data marca o início daquilo que veio a se tornar o genocídio da população armênia pelas autoridades turcas. No entanto, poucos dias antes dessas deportações ocorreu na cidade de Van um episódio que ilustra bem quais seriam as intenções por parte do governo otomano para com as minorias, em especial os armênios. Loureiro (2016 p.55) descreve que “os armênios de Van (...) se revoltaram contra a tentativa de conscrição e desarmamento de sua população masculina, num evento reprimido pelas forças do CUP que duraria até o final de maio”. Tal evento serviu a retórica otomana de que os eventos que se sucederam nada mais foram do que uma tentativa de conter súditos rebeldes. (LOUREIRO, 2016).

Almeida (2013) também relata o episódio na província de Van. Para a autora, este evento poderia ser apontado como o início das deportações, uma vez que logo após o conflito em Van foi promulgada a Lei de Deportações que mais tarde seria uma ferramenta amplamente utilizada para o extermínio em massa da população armênia.

Os acontecimentos em Van servem de importante evidência a respeito das intenções do governo otomano para com os armênios. O incidente em Van e a maneira como as autoridades turcas conduziram os fatos que levaram ao assassinato de mais de 50 mil armênios demonstra a intenção de eliminação dos armênios.

A província de Van, localizada na região nordeste da Ásia menor é a única grande cidade da região em que a população armênia, superava em número, a população muçulmana. Além disto, se a Rússia por ventura decidisse invadir a Turquia, uma das rotas mais acessíveis seria por esta província. Isto tudo fazia com que a atividade da população armênia fosse uma questão de suspeita diária. (MORGENTHAU, 2010).

Outro fato que ajudou a aumentar a irritação dos otomanos para com os armênios de Van foi a solicitação, no início da guerra, para os líderes armênios em Erzerum e Van de que estes fossem a Armênia russa e incitassem revoluções contra

o governo russo. A recusa dessa solicitação, por parte dos líderes armênios foi vista como uma demonstração da insubordinação armênia para com a Sublime Porta. (MORGENTHAU, 2010).

O governo central então chamou de volta o paxá Tashin, governador de Van que era conhecido por ter uma postura de maior conciliação em relação a população armênia. Ele foi substituído por Djevdet, cunhado de Enver. Morgenthau (2010) pontua que Djevdet nutria um conhecido sentimento de ódio para com os armênios.

Contudo, por mais que o novo governador tivesse a intenção de levar adiante seus planos de extermínio da população armênia na província, pela primeira vez, em meses, as condições eram desfavoráveis. Djevdet teve que se ausentar para ajudar no combate aos russos no Cáucaso. Este cenário não durou muito tempo e de acordo com o relato do embaixador Morgenthau (2010), os russos recuaram temporariamente. O autor evidencia que:

(...) no início da primavera, os russos recuaram temporariamente. Uma tática militar geralmente considerada boa para um exército vitorioso é seguir o inimigo em retirada. Aos olhos dos generais turcos, porém, a retirada dos russos era uma boa guinada na guerra principalmente porque privava os armênios de seus protetores e os deixava à mercê do exército turco. Portanto, em vez de seguir o inimigo em retirada, o exército turco desviou e invadiu seu próprio território em Van. Em vez de lutar contra os soldados treinados do exército russo, eles apontaram os rifles, metralhadoras e outras armas para mulheres, crianças e velhos armênios nos vilarejos de Van (MORGENTHAU, 2010 p. 234).

Em 20 de abril de 1915 um grupo de soldados turcos sequestrou mulheres armênias que estavam entrando na província de Van. De acordo com o relato de Morgenthau (2010), alguns armênios correram para ajuda-las, mas foram mortos a tiros. Os otomanos então abriram fogo com rifles e artilharia nos bairros armênios. Uma grande parte da cidade pegou fogo e uma ofensiva foi instaurada. A resistência armênia era composta por aproximadamente mil e quinhentos homens com cerca de trezentos rifles e suprimento de munição muito inadequado. Eles lutavam contra um exército turco composto de cinco mil homens completamente equipados. Os armênios resistiram com grande habilidade e mesmo com poucas chances de conseguir, de fato, refrear o inimigo contavam com o retorno do exército russo – que estava

combatendo a caminho de Van – a ideia era resistir ao máximo até a chegada dos russos. (MORGENTHAU, 2010).

O embaixador narra, em seu livro, o desenrolar desta resistência:

Depois de quase cinco semanas de combate sem trégua, o exército russo apareceu de repente e os turcos fugiram para a região circunstante, onde mitigaram sua raiva massacrando outros aldeões armênios desprotegidos. O dr. Ussher, médico missionário americano cujo hospital em Van foi destruído por bombardeios, tem autoridade para dizer que, após rechaçar os turcos, os russos começaram a recolher e cremar os cadáveres dos armênios que haviam sido assassinados na província, resultando em um total de 55 mil corpos cremados. (MORGENTHAU, 2010 p. 235).

Todos estes relatos servem para elucidar que a chamada “revolução de Van” amplamente apresentada pelos turcos enquanto justificativa para os crimes subsequentes não foi nada além de um esforço de defesa armênia que marca, nas palavras de Morgenthau “o primeiro estágio da tentativa organizada de aniquilar toda uma nação.” (MORGENTHAU, 2010 p. 236).

Para levar adiante esta tentativa alguns obstáculos deveriam ser superados. Morgenthau elenca dois passos preliminares a serem dados: “seria necessário neutralizar o poder de todos os soldados armênios e privar de armas os armênios em todas as cidades e vilarejos.” (MORGENTHAU, 2010 p. 237)

Tais passos foram seguidos e no início de 1915, os soldados armênios do exército turco foram rebaixados. A partir de então, eles foram privados de suas armas e reduzidos a meros operários. No lugar de servir ao país na artilharia e cavalaria, foram transformados em construtores de estradas e verdadeiros animais de carga. Morgenthau ilustra, ainda, que “suprimentos bélicos de todo tipo eram colocados em suas costas e, tropeçando devido ao peso e compelidos pelos chicotes e baionetas dos turcos, eles eram obrigados a arrastar seus corpos cansados pelas montanhas do Cáucaso.” (MORGENTHAU, 2010 p. 238)

Outra prática que passou e se tornar comum foi a eliminação de soldados armênios de maneira sumária, a sangue-frio. O procedimento, em quase todos os casos, era o mesmo: cem ou mais soldados armênios eram reunidos, amarrados em grupos e levados até um local mais afastado, a pouca distância da aldeia. O som de disparos de rifles enchia o ar e pouco tempo depois, soldados turcos retornavam ao acampamento. (MORGENTHAU, 2010).

A tática de matar sistematicamente todos os armênios fisicamente aptos foi levada a cabo em todo o Império Otomano, a fim de, não somente, eliminar qualquer possibilidade de propagação de uma nova geração de armênios, mas também para fazer com que a parte mais vulnerável de armênios se tornasse uma presa fácil. (MORGENTHAU, 2010).

No entanto, estes acontecimentos descritos ainda não constituíam o que os jornais vieram mais adiante a classificar como as atrocidades armênias. Estes eram apenas os passos preparatórios para a destruição que se seguiu. Abdul Hamid, como já exposto, havia iniciado uma campanha com ordens claras de morte aos armênios. Os Jovens Turcos, por outro lado, trouxeram um novo plano. No lugar de simplesmente massacrar a raça armênia, eles iniciaram uma campanha de deportação. A este respeito, Morgenthau (2010) assinala:

Nas seções sul e sudeste do Império Otomano fica o deserto sírio e o vale da Mesopotâmia. (...) O governo central anunciou então a sua intenção de reunir os dois milhões ou mais de armênios que viviam nas várias partes do império e transportá-los até aquela região desolada e inóspita. (...) Na verdade, os turcos nunca tiveram a menor intenção de restabelecer os armênios naquela nova terra. Eles sabiam que a grande maioria nunca chegaria ao destino e que aqueles que lá chegassem morreriam de sede ou de fome, ou então seriam assassinados (...) (MORGENTHAU, 2010 p. 241-243).

O embaixador descreve também como as deportações se iniciaram:

As deportações aconteceram durante toda a primavera e o verão de 1915. Das grandes cidades, Constantinopla, Esmirna e Alepo foram poupadas; praticamente todos os outros lugares onde vivia uma família armênia que fosse se tornaram cenários daquelas tragédias inefáveis. (...) Em algumas aldeias, cartazes foram afixados ordenando que toda a população armênia se apresentasse em um lugar público em um determinado horário. (...) Em alguns outros lugares nenhum aviso era dado. Os gendarmes se apresentavam diante de uma casa armênia e ordenavam que seus habitantes os seguissem. (...) mulheres eram tiradas de seus tanques, crianças eram arrancadas da cama, pão era deixado semi cozido no forno, a refeição da família era abandonada antes do fim, as crianças eram levadas das salas de aulas, deixando os livros abertos, e os homens eram forçados a abandonar o arado nos campos e o gado nas montanhas. (MORGENTHAU, 2010 p.243)

Estas caravanas partiam de milhares de cidades e aldeias armênicas e enchiam todas as estradas com destino ao sul. No período de quase seis meses (abril a outubro de 1915) praticamente todas as estradas da Ásia Menor foram ocupadas por armênios exilados. Morgenthau (2010) assinala que durante estes seis meses, de acordo com suas apurações, cerca de um milhão e duzentas mil pessoas partiram em direção ao deserto sírio.

O governo otomano defendia que estas deportações eram para o bem dos próprios armênios, para manter suas vidas preservadas dos incessantes ataques que sofriam, além de evitar que estes formassem um governo autônomo. Por outro lado, os relatos de sobreviventes e daqueles que estavam próximo ao ocorrido, mostram que a vida dos armênios nessas caravanas estava a todo tempo correndo perigo.

Morgenthau (2010) descreve com detalhes, a partir de relatos que recebia na embaixada americana em Constantinopla, os abusos que os armênios sofriam nestas caravanas rumo ao deserto sírio. Em uma passagem de seu livro, ele registra:

Os armênios mal haviam saído de seus vilarejos natais e as perseguições começavam. As estradas em que viajavam eram pouco mais do que trilhas para burros e o que havia começado poucas horas antes como uma procissão ordenada logo se transformava em um tropel caótico. Mulheres eram separadas dos filhos e maridos eram afastados das esposas. Os idosos logo perdiam contato com os familiares e ficavam exaustos e com os pés feridos. Depois de extorquir a última moeda de seus passageiros, os condutores turcos dos carros de boi os abandonavam com seus pertences na estrada, davam meia-volta e retornavam ao vilarejo para pegar outras vítimas. Assim, em pouco tempo, praticamente todos, jovens e idosos, eram obrigados a viajar a pé. (MORGENTHAU, 2010 p. 246).

Todo o percurso era uma luta incessante por sobrevivência. Os gendarmes – soldados otomanos encarregados pela escolta das caravanas armênias – se destacavam do grupo e notificavam as tribos curdas de que os armênios estavam se aproximando. Camponeses turcos também eram notificados. Ademais, o governo abriu prisões e libertou condenados com o pretexto de que eles deveriam se comportar em relação aos armênios que se aproximavam. Deste modo, todas as caravanas travavam uma luta contínua pela sua sobrevivência entre os gendarmes que as acompanhavam, os camponeses turcos, as tribos curdas e os prisioneiros libertos. (MORGENTHAU, 2010).

Houve também uma outra maneira em que as deportações ocorreram: por via férrea. Santos et al (2018) salienta que:

Na Anatólia, algumas deportações foram feitas por via férrea, direto para campos de concentração montados nos pontos de interrupção ferroviária, os quais serviriam de estadia temporária até a saída efetiva dos domínios otomanos. Os campos dispunham de condições desumanas e muitas mortes neles ocorreram, porém, essas deportações por trens evitavam, em parte, o deslocamento a pé que vitimou uma grande parte dos armênios, a tal ponto que muitos conseguiram de fato deixar o Império Otomano e emigrar. (SANTOS et al.2018 p. 593)

É interessante destacar esta modalidade de deportações por via férrea inicialmente utilizada pelos otomanos e que, mais tarde, foi amplamente aplicada pelos alemães no holocausto dos judeus.

Figura 5 - Caravana de deportados armênios de Kharpert (Harput) em maio de 1915



Fonte: Armenian National Institute, 1991.

A tensão trazida pela guerra trouxe contornos ainda mais dramáticos para a situação. Os Jovens Turcos se viam pressionados pelos alemães por resultados que seu exército não tinha capacidade de alcançar. Desde o início do conflito, as tropas turcas sofreram inúmeros dissabores, ressaltados alguns poucos triunfos. Todo o país sofria com as consequências de uma guerra exaustiva, da qual, o Império Otomano, claramente não possuía meios de levar a diante. (ALMEIDA, 2013).

A respeito deste cenário, Almeida (2013) pontua que:

As pressões só aumentavam, de todos os lados, e os jovens líderes do Comitê precisariam de muito mais tempo para resolver todos os problemas do país que governavam. Mas, para alívio dos cristãos, o tempo não foi suficiente. Quando as informações sobre o tratamento ministrado aos deportados começaram a ganhar as manchetes da grande imprensa internacional, e os olhos escandalizados começaram a voltar-se na direção do Oriente, o governo otomano iniciou uma 'campanha' para parar as deportações. (...) a partir do final de agosto de 1915, o governo central enviou repetidas ordens para que nenhum armênio fosse mais deportado. Essas ordens aparentemente, não eram obedecidas, pois foram expedidos vários decretos seguidos nesse sentido. (ALMEIDA, 2013 p.88).

Em resposta as exigências diplomáticas levantadas em relação as deportações de armênios, o ministro do Interior Talaat reportou para alguns embaixadores, dentre eles o embaixador Pallavicini da Áustria, e o embaixador Morgenthau dos Estados Unidos, que havia tomado amplas medidas para a alimentação adequada dos deportados e para que as ofensas a propriedades armênias fossem severamente punidas. Todavia, essas declarações não se mostraram verdadeiras. Por mais que Talaat tivesse dado ordens telegráficas, apresentadas por ele como prova aos embaixadores, para que as deportações cessassem é, no mínimo, questionável, que um dos homens mais importantes do Império Otomano visse suas ordens serem insistentemente descumpridas e não fizesse algo a respeito. (ALMEIDA, 2013).

Talaat, durante as entrevistas concedidas ao embaixador Morgenthau sempre se mostrou muito orgulhoso de sua posição de liderança. Outro personagem do poder central otomano que aparece inúmeras vezes nos relatos de Morgenthau é Ismail Enver. Em um destes relatos, Morgenthau narra:

Em outra conversa com Enver, comecei sugerindo que o governo central provavelmente não era culpado pelos massacres. Eu achava que isso não o desagradaria. (...) Enver rapidamente se endireitou na cadeira. Vi que minhas observações, em vez de preparar o terreno para uma discussão calma e amistosa, haviam-no ofendido. (..) -- Está redondamente enganado -- ele disse. -- Temos absoluto controle deste país. Não tenho desejo algum de pôr a culpa em nossos subordinados e estou totalmente disposto a aceitar a responsabilidade por tudo o que aconteceu. O próprio gabinete ministerial ordenou as deportações. (MORGENTHAU, 2010 p. 273).

Esta importante declaração de um poderoso tomador de decisão dentro do Império Otomano pode servir de evidência de que as deportações foram orquestradas pelo próprio gabinete ministerial e que o mesmo mostrava pouco empenho em fazer com que elas cessassem de fato.

A maior parte dos estudos, conforme menciona Almeida (2013), termina a narrativa histórica do genocídio armênio com o fim das deportações em 1916. A autora, no entanto, defende que, apesar de reduzidas em comparação aos anos

anteriores, as deportações seguiram acontecendo até 1923, em diversos lugares do império e estas incluíam também gregos e outros cristãos.

Concomitantemente a isto, o declínio do exército otomano no Grande Guerra aumentava. Almeida (2013) descreve que:

Durante o ano de 1918, a decadência do exército turco se fazia cada vez mais notória. Em setembro, uma dupla ofensiva aliada, na Macedônia e na Palestina, fez cair por terra as últimas resistências otomanas. O exército otomano contabilizava mais de 400 mil deserções; a fome e as doenças cobravam vidas diariamente. A situação econômica, que já era desesperadora no início da guerra, havia piorado muito com as deportações porque os grandes bancos e negócios estavam nas mãos dos armênios e gregos, muitos dos quais mortos nesse período. (ALMEIDA, 2013 p.91).

No dia 5 de outubro de 1918, Talaat pediu um armistício, mas não obteve resposta. Ao se deparar com o cenário no qual tropas francesas e inglesas continuavam conquistando terreno na Macedônia, o ministro renuncia e é substituído por Ahmet Pasha, que forma um gabinete sem incluir nenhum dos antigos líderes do CUP. O novo governo faz outro pedido de armistício e em 30 de outubro consegue a autorização do gabinete para a assinatura do mesmo. (ALMEIDA, 2013).

Na noite de 1 de novembro, um submarino alemão serviu para a fuga dos três grandes líderes dos Jovens Turcos: Talaat, Enver e Djemal para a cidade de Odessa. O gabinete recém chegado ao poder foi acusado de ter facilitado a fuga. Antes da fuga, Enver e Talaat enviaram para Odessa oficiais bem treinados e armados da Organização Especial, em um movimento de preparação para resistência que viria a seguir. (ALMEIDA, 2013).

A morte de 1 milhão (algumas fontes, dentre as quais Henry Morgenthau, apontam para 1,5 milhão de mortos) acrescida das centenas de milhares de refugiados em campos no Oriente Médio e a expropriação econômica de propriedades e negócios armênios deram uma nova perspectiva para a causa armênia (que até então buscava igualdade de direitos perante a Sublime Porta). Loureiro (2016) pontua que:

(...) o genocídio armênio deu uma nova dimensão à causa armênia, dotando-a de novas pautas: inicialmente, a questão de ajuda aos milhares de cristãos armênios que estavam em situação de risco nos arredores de cidades como Aleppo, Damasco e Beirute, ou às jovens que haviam sido recolhidas por famílias turcas e curdas e viviam como muçulmanas na Anatólia, ou ainda aos milhares de órfãos que haviam perdido seus pais durante as deportações e haviam sido separados de seus familiares sobreviventes; mais tarde, após o fim da Grande Guerra e durante a República Armênia de 1918-20, a causa armênia se tornou sinônimo de reivindicação territorial das províncias otomanas orientais na Anatólia de onde os armênios haviam sido deportados; a partir dos anos 1960, à causa foi acrescida de um novo significado, qual seja, o reconhecimento dos massacres iniciados em 1915 enquanto crime de genocídio, tal qual tipificado pela Convenção da ONU (LOUREIRO, 2016 p.56-57).

2.5 O negacionismo turco e suas consequências

No dia 28 de maio de 1918 os armênios proclamaram sua independência em um cenário de destruição. Ainda que formalmente proclamada, a independência precisava ser conquistada tanto nos campos de batalha, quanto nos campos diplomáticos. Loureiro (2016) descreve que delegados do Conselho Nacional Armênio viajaram até a província de Batum para negociar uma trégua com os otomanos. Ao passo que o fraco exército armênio conseguiu evitar o avanço das tropas turcas que tinham a intenção de chegar até Yerevan.

Em 4 de junho de 1918 armênios e otomanos assinam o Tratado de Batum no qual os armênios abandonaram suas pretensões territoriais da chamada “Armênia Turca” que circunscreve as províncias orientais otomanas onde vivia a maioria da população armênia do Império Otomano. Além disto, os armênios não conseguiram garantir uma saída ao mar. Com o acordo, os otomanos reconheceram a independência armênias e as fronteiras ali acordadas. (LOUREIRO, 2016).

Foi a primeira vez desde o século XIV que os armênios possuíam a soberania de um território. Ainda que os armênios tivessem sido exitosos em garantir a autonomia nacional, durante os trinta meses em que a república armênia se manteve, as adversidades e desafios eram constantes. A assembleia legislativa iniciou seus trabalhos em agosto. No entanto, a república iniciou seu funcionamento de fato

apenas com o fim da guerra em dezembro de 1918, quando os conflitos na região diminuiriam. (LOUREIRO, 2016).

De acordo com Loureiro (2016) a Conferência de Paz de Paris em 1919 apareceu como uma oportunidade de ouro para os representantes armênios pressionarem as potências em relação ao alongamento das fronteiras da Armênia que viria pela anexação das seis províncias orientais otomanas, além de um corredor que desse acesso ao Mar Negro que passava pela província de Trebizonda. O autor ainda afirma que por mais que atmosfera na conferência estivesse pró-Armênia era difícil que as potências aceitassem a vasta extensão territorial demandada pelos representantes armênios, já que a anexação desses territórios demandados faria com que a Armênia tivesse uma população de maioria não-armênia, uma vez que os massacres ocorridos alteraram a demografia dessas regiões.

Vale ressaltar, em relação a Conferência de Paz de Paris, a figura do presidente norte-americano, Woodrow Wilson. Loureiro destaca que:

Sem embargo, dentre os líderes mundiais reunidos em Paris, era o mandatário norte-americano que nutria maior simpatia pelas reivindicações armênias. (...) Acadêmico – ex-reitor de Princeton – e marcadamente influenciado pela moralidade presbiteriana – denominação protestante responsável por alguns orfanatos que acolheram crianças armênias – Wilson foi um dos muitos norte-americanos tocados pela imagem elaborada de uma Armênia cristã martirizada por muçulmanos em terras bíblicas, no “berço da civilização”, onde muitos compatriotas protestantes estavam em missão, administrando hospitais, orfanatos e campos de refugiados povoados por sobreviventes do genocídio. Nesse sentido, a delegação dos EUA comandada pelo próprio Wilson tinha entendimento semelhante ao dos representantes armênios, isto é, a criação de uma Armênia independente que reunisse os territórios do Cáucaso, Anatólia e Cilícia cuja existência deveria ser tutelada por uma nação mandatária no contexto de uma sociedade internacional de nações. (LOUREIRO, 2016 p.64).

Todavia, por mais que a simpatia de Wilson pela causa armênia garantisse que muitas demandas armênias fossem contempladas no Tratado de Sèvres -- assinado pelos aliados e o Império Otomano, em agosto de 1920 -- o plano de criação de uma armênia que reunisse tais territórios acima descritos, além da tutela deste por uma Nação mandatária, não saiu do papel. O Congresso dos EUA não ratificou o Tratado de Versalhes e tampouco permitiu o mandato sobre a Armênia.

Não obstante, os artigos 88 e 89 do Tratado previam o reconhecimento turco da independência armênia e suas fronteiras que foram traçadas pelo próprio Wilson em um desenho que ficou conhecido como “Armênia Wilsoniana.” Loureiro (2016) adiciona que esse mapa foi utilizado posteriormente pela diáspora armênia como símbolo de suas reivindicações e também como lembrete da traição mundial perante as promessas feitas em Sèvres que nunca foram cumpridas.

No início de 1920, as demandas armênias pareciam caminhar para uma resolução. No dia 19 de janeiro de 1920, o Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associadas composto pela Grã-Bretanha, França e Itália, reconheceu o governo armênio embora não apresentasse resolução das questões fronteiriças. Os Estados Unidos seguiram a mesma decisão do conselho e reconheceram, em 23 de abril, o governo armênio. O Conselho ainda aprovou uma requisição para que os Estados Unidos assumissem o mandato sobre a Armênia e que Wilson ficasse a cargo de mediar as discordâncias territoriais entre turcos e armênios. Wilson aceitou a missão de produzir um laudo arbitral considerado primordial para a paz na região. Loureiro salienta que:

As fronteiras de Wilson garantiriam à Armênia um território de mais de 155 mil km², uma população a princípio estimada de três milhões de pessoas – da qual 50% seria composta por armênios residentes na região e refugiados regressos; 40% por turcos, curdos e tártaros; e o restante por gregos, yazidis, russos, assírios, dentre outros – e acesso ao mar através da província otomana de Trebizonda. Apesar da exclusão de alguns territórios reivindicados pelas lideranças armênias e a composição demográfica heterogênea, o novo Estado reconhecido pela comunidade internacional possivelmente sob mandato estrangeiro parecia a solução para um povo que tentava reconstruir o tecido social após anos de genocídio, dispersão e guerras. (LOUREIRO, 2016 p. 66-67).

A proteção e tutela de uma grande Nação como os Estados Unidos traria segurança para os Armênios, além de afastar as pretensões imperialistas para com a Armênia que começavam a ressurgir no Império Otomano. Contudo, como já mencionado, o Congresso estadunidense não aprovou o mandato de tutela.

Os planos das potências para o espólio otomano culminaram no reagrupamento de grupos nacionalistas turcos. Loureiro (2016) afirma que as reivindicações de minorias para a criação de Estados independentes, a ocupação de

Constantinopla por estrangeiros e a ocupação grega de Esmirna, em maio de 1919, aceleraram a ascensão do general Mustafá Kemal como o líder do movimento nacionalista turco.

Com a assinatura do Tratado de Sèvres a Anatólia seria dividida em zonas de influência italiana e francesa e os gregos teriam o controle da Trácia e Esmirna. Os estreitos ficariam sob a tutela de uma comissão internacional e seria criado um Estado armênio independente com consentimento de turcos e armênios em ter como árbitro o presidente Wilson. Mustafá Kemal e seus apoiadores condenaram firmemente esta proposta e marcharam rumo a Anatólia para ocupar as províncias que o Tratado definia enquanto território armênio. (LOUREIRO, 2016).

Kemal enviou, em setembro de 1919, Karim Karabekir, seu principal general para iniciar uma ofensiva contra a Armênia. Este episódio ficou conhecido como a guerra armênio-turca. Neste momento o exército armênio, conforme menciona Loureiro (2016 p.68) “estava dividido entre favoráveis e contrários à sovietação, o que diminuiu o poder de defesa do país contra os avanços dos motivados soldados turcos. Em 30 de outubro, os armênios perderam Kars e grupos turcos pilharam vilas na região.”

Neste ínterim, os diplomatas armênios buscavam obter apoio da comunidade internacional para conter os avanços turcos e reconhecer a soberania armênia. No âmbito interno, líderes armênios deliberavam se o cenário de menor dano seria a sovietação ou um acordo com os kemalistas. Cedendo à pressão turca, os líderes armênios concordaram em renunciar ao Tratado de Sèvres em um tratado que ficou conhecido como Tratado de Alexandropol. (LOUREIRO, 2016).

Finalmente, em 29 de novembro de 1920, um grupo de comunistas que estavam em Baku pediram pela intervenção do Exército Vermelho no país, proclamando a sovietação da Armênia. Russos e armênios assinaram, em 2 de dezembro de 1920, um acordo que transformou o país em uma república nos moldes estruturais bolcheviques. (LOUREIRO, 2016). Apesar da sovietação armênia, Loureiro acrescenta:

Com a anexação bolchevique, o Tratado de Alexandropol foi anulado e em 1921 foi celebrado um novo acordo entre armênios soviéticos – com a presença de delegados soviéticos da Geórgia e Azerbaijão – e Turquia, que deu à Armênia os contornos fronteiriços que têm até os dias de hoje. Dois anos mais tarde, seria assinado na cidade suíça de Lausanne o tratado que acabaria de vez com as pretensões armênias sobre as províncias orientais da Anatólia. O Tratado de Lausanne de 1923 reconhecia a recém-proclamada República da Turquia, bem como suas fronteiras naquele momento, ignorando Sèvres e não fazendo menção alguma aos armênios. (LOUREIRO, 2016 p. 68-69).

A assinatura do Tratado de Lausanne, nas palavras de Almeida (2013 p.119) “foi um ponto final e um recomeço.” Para a Grécia o tratado significou o fim ao sonho de ampliação do território, para os turcos foi a inauguração de sua República, por fim, para os armênios, nada. Como acima mencionado, o texto do tratado não menciona sequer os armênios. Ademais, o tratado atendeu praticamente a todos os itens do “Pacto Nacional” votado em Ankara, em 1919, pelo governo provisório. Mustafa Kemal conquistou o que almejava à custa dos povos que era até então protegidos, de certa maneira, pelos aliados.

Após a derrota em 1918, foram instauradas cortes marciais que julgaram os crimes cometidos durante a guerra e seus responsáveis. Em junho de 1919 foi demandada a pena de morte para os líderes do CUP: Ismail Enver, Mehmet Talat e Ahmed Cemal que a esta altura, já tinham fugido para a Alemanha. Até mesmo Mustafa Kemal (fundador e primeiro presidente da República turca) reconheceu o tratamento do CUP para com os armênios como um “ato vergonhoso”. Esta foi uma manobra política para alcançar um tratamento diferenciado perante os aliados. No entanto, os nacionalistas turcos notaram, pouco tempo depois, que os aliados não pretendiam oferecer concessões. E sem a respectiva concessão não seria vantajoso condenar os culpados pelos crimes contra o povo armênio. Almeida ilustra que:

Os tribunais da Corte Marcial otomana foram instituídos por pressão inglesa. O ministro de relações internacionais Arthur Balfour pediu que o triunvirato do CUP fosse levado a julgamento junto com o rei Wilhelm II da Alemanha. Durante os julgamentos, conduzidos por autoridades otomanas, a acusação principal foi assassinato premeditado em massa, organizado pelo comitê central do CUP e executado pela Organização Especial. Os registros dos julgamentos podem ser encontrados no Takvim-i Vekayi, o jornal oficial do parlamento otomano. (ALMEIDA, 2013 p. 123)

Em 1921 Talaat é assassinado em Berlim por um radical armênio. Este fato faz com que a causa armênia volte a ocupar espaços de debate internacional. Novamente é estabelecida uma corte e com ela muitos fatos e depoimentos vieram a conhecimento público. Tais provas levaram os jurados a considerarem culpados os líderes do CUP. Almeida (2013) pontua que:

O governo da Turquia afirma que as provas apresentadas foram forjadas por armênios e, com isso, alega não haverem provas suficientes para comprovar a intenção de matar. É sobre essa corda bamba que se apoiam ainda hoje, um século depois, os prós e os contras para o reconhecimento do crime de genocídio. (ALMEIDA, 2013 p. 127).

Sob o frágil véu da intencionalidade, a Turquia passa a argumentar desde então que a morte dos armênios sob sua tutela, durante a Primeira Guerra Mundial, ocorreu, mas que não houve intenção estatal nas mortes, estas se tratariam de uma consequência da guerra.

Almeida (2013) também cita o discurso do professor turco Taner Akçam em uma conferência realizada em Genebra no ano de 2012 na qual defende que a insistência da elite regente turca em evitar o debate sobre o genocídio armênio tem sua raiz na continuidade histórica que conecta os atuais governantes aos perpetradores do massacre. Diferente do caso alemão, por exemplo, o Estado moderno turco surgiu pelas mãos dos mesmos que se sujaram com o sangue armênio. A autora ainda destaca que nesta conferência “Akçam revelou ter verificado nos arquivos otomanos mais de 60 processos militares contra os responsáveis pelos massacres, o que sugere que o assunto não era um tabu na época. Em todos esses processos, os sobrenomes das testemunhas eram turcos.” (ALMEIDA, 2013 p.126).

Em 1965, após um longo período de total silêncio, os armênios rememoraram os 50 anos da tragédia em várias regiões do mundo. Nestes eventos, o termo genocídio foi amplamente utilizado. Almeida (2013) cita que no ano de 1966 um artigo de Marjorie Housepian foi publicado como um primeiro sinal de reavivamento da

questão. A partir disto, novos pesquisadores e a mídia passam a se interessar mais pelo tema. A autora elucida que:

A resposta turca foi de crescente hostilidade, com a contratação de especialistas em relações públicas para assumir essa campanha. Durante a década de 1970, o governo turco adotou medidas para pressionar a mídia a evitar a palavra 'genocídio'. Passou a empregar frases como 'o chamado genocídio armênio' e referir-se a esses fatos como 'guerra civil'. Em 1973 e nos anos seguintes ocorreram assassinatos de turcos, cometidos por armênios, o que serviu para azedar ainda mais as relações entre os dois países. (ALMEIDA, 2013 p. 128).

A autora ainda trás registros de que historiadores de diversas universidades estadunidenses receberam fundos do governo turco para apoiar a versão turca dos fatos relacionados ao genocídio armênio. A autora relata um destes episódios:

O caso mais comentado de mudança de atitude em relação ao assunto é o do professor Bernard Lewis. Um dos mais importantes pesquisadores sobre a Turquia, Lewis usava na edição de 1962 de seu livro *The Emergence of Modern Turkey*, descrições como "o terrível holocausto... quando um milhão e meio de armênios pereceram" e, um pouco mais tarde, apresentava o ocorrido como "uma luta entre duas nações por uma só terra". (ALMEIDA, 2013 p. 128).

Sem dúvida todos estes incansáveis movimentos feitos pela Turquia, ajudaram a criar dúvida, e, acima de tudo, enfraquecer os argumentos favoráveis ao reconhecimento do genocídio armênio, em especial no Ocidente, onde o tema até hoje, é pouco conhecido e discutido.

Em uma tentativa de dar luz a questão, em junho de 1998, a Associação de Pesquisadores de Genocídio (IAGS) aprovou uma resolução sobre o Genocídio Armênio e em junho de 2000 foi enviada uma petição ao *The New York Times* em que 126 pesquisadores do Holocausto confirmam o fato inquestionável do genocídio armênio e pedem que as democracias do Ocidente o reconheçam de maneira oficial. (ALMEIDA, 2013).

Este reconhecimento por parte dos países é bastante problemático, visto que a Turquia mantém uma posição de extrema fragilidade e é reativa a qualquer passo sequer em direção ao reconhecimento por parte dos países. Almeida expõe que:

Vários países reconheceram o genocídio armênio, em especial a França, que enfrentou ameaças de rompimento de contratos multimilionários e aprovou uma lei de reconhecimento do Genocídio Armênio. Nos Estados Unidos, entretanto, as ameaças turcas parecem estar sendo mais eficazes: o governo turco conseguiu impedir que o congresso americano aprovasse uma nota comemorativa dos 70 anos e depois dos 75 anos do Genocídio Armênio. O Presidente Obama, em 2008, afirmou publicamente seu compromisso com o reconhecimento do Genocídio Armênio quando fosse empossado, o que não aconteceu até hoje. As justificativas falam em 'não fomentar o desencontro entre dois países que estão conseguindo aproximar-se', mas certamente também pesa o fato da Turquia ser um aliado militar importante no cenário do Oriente Médio. (ALMEIDA, 2013 p. 129).

É fato que, a ausência dos Estados Unidos no hall de países que reconhecem oficialmente os massacres ocorridos enquanto genocídio do povo armênio, traz uma desvantagem notável para a comunidade armênia posto que, a diáspora armênia nos Estados Unidos representa uma parte considerável da população. A falha no reconhecimento pelo mandato Obama, acima mencionada, ilustra a importância de se investigar as razões pelas quais a promessa de campanha feita por Obama, não teve força o suficiente para ser cumprida. Nos próximos capítulos as causas para tal falha serão analisadas e investigadas.

É primordial reconhecer a necessidade da discussão a respeito dos fatos que culminaram com o genocídio armênio, não apenas para que se traga luz aos eventos até hoje negados pela Turquia, mas também para que estes não se repitam. Almeida (2013) destaca com relação a isto, que:

A impunidade que proporcionou tantas reedições do mesmo horror somente começou a ser enfrentada após a derrota dos nazistas. Ainda assim, com muita dificuldade, principalmente quando os 'culpados' estão do lado vitorioso. A discussão acerca da veracidade do Genocídio Armênio cruza justamente essa questão. (ALMEIDA, 2013 p. 135)

Por esta razão é que se faz tão crucial a discussão, estudo e, acima de tudo, reconhecimento do genocídio armênio. Tais ações só são possíveis com o diálogo aberto entre as partes envolvidas. No entanto, isto não parece ocorrer na prática, especialmente do lado turco. O artigo 301 do Código Penal Turco prevê a punição para aqueles que mancharem a “turquicidade” (tradução para turkishness). Se trata de um artigo controverso que já foi inúmeras vezes utilizado como meio de silenciar opiniões contrárias as opiniões oficiais do governo. Almeida (2013) discorre que:

Vários autores e ativistas políticos, como Ragip Zarakolu, questionam a existência de tal artigo no código penal de um país que pretende ser democrático. Esse pensamento unido ao que já foi dito sobre a censura à imprensa pode levantar alguma suspeita de que existe algo que o governo turco deseja manter em segredo. (ALMEIDA, 2013 p. 138).

O silenciamento do debate e a forma com que a Turquia trata a questão só servem para dar ainda mais argumentos aos armênios. A questão do genocídio armênio não pode mais ser vista como tabu pelo governo turco, isto apenas enfraquece as relações turco-armênias, já tão enfraquecidas. É preciso diálogo e reconhecimento para que estes eventos sejam deixados no passado, e principalmente, não voltem a se repetir.

Como bem colocado por Almeida (2013 p.144): “uma coisa é certa, neste mundo de tantas incertezas: não haverá paz e respeito ao outro enquanto os erros do passado não forem reconhecidos e perdoados.”

2.6 Conclusões Parciais

Os armênios, conforme exposto, estavam inseridos em uma região em que, desde os primórdios da civilização, foi disputada por diferentes poderes variando o controle da região em maior ou menor grau. Com a ocupação e posterior domínio otomano, os armênios e outros povos cristãos do Império tinham seu relacionamento

com o poder central regulamentado pelo acordo Dhimma que garantia uma certa autonomia a estas comunidades, ao passo que, considerava os não-crentes enquanto cidadãos de segunda classe dentro do Império.

A expansão e os dias de glória otomana pareciam estar chegando ao fim por volta dos oitocentos. Derrotas militares somadas à dificuldade econômica que assolava a população fizeram com que o Império se voltasse para dentro. Ao mesmo tempo que os armênios e outras minorias do Império viram no declínio otomano, a chance de reivindicar maiores direitos para o governo. Estas demandas acabaram por serem utilizadas pelas potências europeias a fim de obterem uma maior interferência nos negócios otomanos.

Com a chegada de Abul Hamid ao poder as já estremecidas relações entre armênios e otomanos ganharam contornos ainda mais dramáticos. Após o início da guerra entre os impérios Russo e Otomano, Hamid fechou o parlamento e revogou a Constituição. Este conflito fez com que Hamid, com receio de que os armênios se separassem ou se aliassem aos russos, lançasse mão da burocracia estatal para atacar as províncias com grande número de armênios iniciando uma série de massacres que preconizava o futuro armênio que ainda estava por vir.

A ascensão dos Jovens Turcos, especialmente a radicalização deste com a tomada de poder pelo triunvirato composto pelos pashás Talaat, Enver e Cemal aproximou o Império da Alemanha o que, de acordo com o que já fora mencionado, acabou por inserir os otomanos na Grande Guerra ao lado dos Impérios Centrais.

A entrada na guerra se apresentou como uma oportunidade para os otomanos de reaverem inúmeros territórios perdidos ao longo dos anos. Não obstante, a guerra foi o pretexto e distração ideal para que a “questão armênia” fosse resolvida de uma vez por todas. O principal método escolhido foram as deportações em massa. Como já descrito, caravanas partiram de milhares de cidades e aldeias armênias em direção à fome, sofrimento e morte. Ainda que tivesse ocorrido certa pressão estrangeira para

que as deportações cessassem, a guerra dificultou qualquer tentativa mais assertiva por parte da comunidade internacional.

As deportações seguiram acontecendo até 1916, mesmo após o término do conflito europeu. O saldo de armênios mortos varia de autor para autor. Loureiro (2016) fala em um saldo de 1 milhão de mortos, já Henry Morgenthau (2010) aponta para 1,5 milhão de armênios mortos naquilo que se configurou como o primeiro genocídio do século XX.

Em 1919 nasce a República da Turquia a partir do Tratado de Lausanne tendo como primeiro presidente Mustafa Kemal (o “Atatürk”, pai dos turcos) que construiu seu legado por sob a sepultada do passado obscuro de seus antecessores. A história turca foi reescrita e seus episódios mais sombrios, ignorados. A Turquia segue, não somente negando seu passado, mas também impedindo que os fatos sejam apurados ou, sequer, discutidos. O artigo 301 do código penal turco prevê punições para aqueles que mancharem a “turquicidade” e já foi inúmeras vezes utilizado para silenciar pesquisadores e opositores favoráveis ao argumento de que o genocídio armênio existiu.

A discussão e o debate são primordiais em questões como a do genocídio armênio justamente por colocar luz a estes e a tantos outros genocídios que ocorreram e, mais do que isto, para que se previna que outros mais aconteçam. É preciso lembrar para que seja possível seguir adiante, criando um mundo mais justo com as minorias que até hoje tanto sofrem.

Tendo em mente esta conjuntura, o não reconhecimento do genocídio armênio pelo governo Obama é um importante tema de estudo para que se entenda melhor sob quais mecanismos a negação do genocídio armênio encontra meios de se sustentar. Estes mecanismos serão melhor analisados nos próximos capítulos.

3 OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA RELAÇÃO TURCO-ESTADUNIDENSE ATÉ O PERÍODO OBAMA

Este capítulo tem como objetivo abordar os principais pontos da relação turco-estadunidense até o início do mandato Obama. Inicialmente será abordado o conceito de genocídio no cenário internacional para que se estabeleçam as bases para as discussões em relação a seu reconhecimento. Adiante será investigado o desenrolar do relacionamento entre Turquia e Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial seguido pelo período pós-Guerra Fria e, por fim, um dos principais pontos de tensão do período, a Guerra do Iraque.

3.1 O conceito de genocídio no cenário internacional

A fim de que se atinja os objetivos propostos neste trabalho, é necessário que se defina o conceito de genocídio. Por conta disto, o conceito será abordado nesta seção.

Embora o termo genocídio ainda não tivesse sido cunhado até 1944, é importante ressaltar que, no fim da Primeira Guerra Mundial, o Império turco Otomano foi, de certo modo, julgado pelos crimes cometidos contra os armênios.

Como já mencionado no capítulo anterior, uma vez que os tratados foram assinados e as minorias realocadas, o silêncio tomou conta do teatro de operações. Almeida (2013) afirma que:

Os turcos precisavam construir das ruínas um país totalmente novo, real apenas na fértil imaginação de Mustafa Kemal. Os gregos estavam ocupados em encontrar os bodes expiatórios de sua desgraça e descobrir uma fórmula para fazer caber em seu orçamento falido a recuperação das milhares de famílias sem esteio que se espalhavam pelas ruas e pelos campos. Os armênios, os poucos ainda vivos e que não fugiram, foram engolfados pelo turbilhão soviético e desapareceram do mundo Ocidental por quase cinquenta anos. (ALMEIDA, 2013 p.121)

Conforme já exposto, com o assassinato de Talaat Pasha em 1921 o assunto ressurgiu e é levado à corte. Muitas provas são, então, apresentadas diante do júri que considera os líderes do CUP culpados pelos massacres ocorridos contra o povo armênio. No entanto, o governo turco afirmou e continua a afirmar que as provas apresentadas foram forjadas e, com base nisso, alega que não existem provas suficientes para comprovar a intenção de matar. (ALMEIDA, 2013)

O tratado de Sévres, assinado em 1920, mas não ratificado pelo governo provisório de Ankara, continha elementos-chaves para o entendimento dos fatos. Além do compromisso de julgar os oficiais turcos pelos crimes de guerra cometidos, ele também previa uma restituição para as vítimas. Sobre este tratado Almeida (2013) postula que:

Apesar de não ter nunca sido aplicado, o texto do tratado revela uma preocupação pelo reconhecimento e a punição de culpados por aqueles crimes. As provisões de Sévres – a responsabilidade do estado turco e a obrigação de providenciar restituição ou compensação, bem como a responsabilidade criminal individual – foram instituídas pelo Tratado que foi ratificado por todos os aliados e a Alemanha. Significa que as normas foram estipuladas, mas nunca foram implementadas porque o governo turco recusou-se a aceitá-las e não houve pressão internacional naquele momento. (ALMEIDA, 2013 p. 130).

É por conta destes fatores que se faz necessária uma discussão acerca do conceito de genocídio, para que se possa entender a pertinência do termo para o caso armênio. Almeida (2013) ressalta que: “essa é uma discussão árdua, que vem sendo feita desde o momento em que o termo foi cunhado. Nem mesmo a própria definição do termo é consenso entre os pesquisadores.” (ALMEIDA, 2013 p.122)

O termo genocídio foi cunhado em 1944 pelo advogado polonês Raphael Lemkin, um imigrante nos Estados Unidos sobrevivente do holocausto, cuja maior parte da família foi exterminada na Polônia. A criação do termo ocorreu na obra de Lemkin intitulada *Axis Rule in Occupied Europe* e é fruto da junção do grego *genos* que faz referência à tribo, raça ou nação com o sufixo *cide* derivado do latim *cida* que significa “aquele que mata/ferir” (SANTOS ET AL, 2018).

Lemkin tinha uma corajosa ambição: fazer com que o conceito de genocídio fosse sacramentado no Direito Internacional. Thomas de Waal (2015) descreve que o lobby incansável de Lemkin logo deu resultado e em 1948, apenas quatro anos depois de ele ter inventado o termo, as Nações Unidas adotaram a Convenção do Genocídio, um tratado que tornou o ato um crime internacional.

A definição final de genocídio adotada pela ONU acabou por apresentar vários pontos de ambiguidade, o que pode trazer, para os países e indivíduos acusados deste crime, munção legal para resistir à acusação. Almeida (2013) destaca que:

A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, adota a seguinte fórmula: Genocídio está definido no Artigo 2 da Convenção para Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948) como ‘qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: matar membros do grupo; causar grave prejuízo físico ou mental a membros do grupo; infligir deliberadamente a membros do grupo condições de vida calculadas para levar a sua destruição física, no todo ou em parte; impor medidas com a intenção de prevenir nascimentos dentro do grupo; [e] transferir forçadamente crianças do grupo para outro grupo. (ALMEIDA, 2013 p.122)

A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio entrou em vigor, de fato, em 1951. Miranda (2011 p.91) aponta que: “(...) a supracitada Convenção também previa a criação de uma Corte Criminal Internacional permanente, na tentativa de suprir os sistemas jurídicos nacionais na punição dos crimes contra a humanidade.” No entanto, segundo a autora, por conta da divisão do mundo trazida pela Guerra Fria, o Tribunal Penal Internacional só foi efetivamente criado em 1998. (MIRANDA, 2011).

Além disto, é interessante destacar também a atuação do Tribunal Permanente dos Povos, um tribunal internacional de opinião que delibera a respeito de violações de direitos humanos. Ainda que não possua caráter coercitivo, este tribunal debruçou-se sobre a questão armênia em 1984 e reconheceu a responsabilidade dos Jovens Turcos, e por conseguinte da Turquia, pelo genocídio armênio. Apesar desta decisão do Tribunal Permanente dos Povos, Oliveira e Rodrigues (2017) citam Lara e Kahwage (2015, p. 62-63):

O veredito teve como base a Declaração Universal dos Direitos dos Povos (Argel, 4 de julho de 1976), que entre outras coisas prevê que: Artigo 1 - Todo povo tem direito à existência. Artigo 2 - Todo povo tem direito ao respeito por sua identidade nacional e cultural. Artigo 3 – Todo povo tem direito de conservar a posse pacífica do seu território e de retornar a ele em caso de expulsão. Artigo 4 - Nenhuma pessoa pode ser submetida, por causa de sua identidade nacional ou cultural, ao massacre, à tortura, à perseguição, à deportação, à expulsão ou a condições de vida que possam comprometer a identidade ou à integridade do povo ao qual pertence. No veredito do Tribunal Permanente dos Povos, consta que o crime de genocídio pode ser reconhecido mesmo em relação a fatos anteriores à Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948, uma vez que o massacre de um grupo étnico não pode ser tolerado legalmente, ainda que inexistam leis escritas que o proíba explicitamente. [...] Ainda, concluiu-se no veredito que os armênios constituem um grupo nacional com direito à autodeterminação, tendo restado comprovada a sujeição deste grupo a condições que irão conduzi-lo à morte. Desta forma, confirmou-se a intenção de destruir o grupo, que é a principal característica do genocídio, e foram afastadas todas as alegações do governo turco para justificar o massacre.

A decisão do Tribunal Permanente dos Povos é um importante instrumento para fomentar o argumento em prol do reconhecimento do genocídio armênio. Ainda que o Tribunal não tenha poder coercitivo, sua decisão auxilia no argumento em favor do reconhecimento, uma vez que, refuta a justificativa (amplamente utilizada pela Turquia) de que o Império Otomano não teve a intenção de exterminar a população armênia. Desta maneira, o Tribunal serviu e ainda serve, sobretudo, para pressionar e sensibilizar os agentes internacionais para que medidas jurídicas eficazes sejam tomadas. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017).

3.2 O relacionamento turco-estadunidense após a Segunda Guerra Mundial

A fim de que se tenha uma avaliação mais detalhada dos principais pontos do relacionamento turco-estadunidense é crucial que se faça um recorte histórico que seja pertinente aos objetivos propostos.

Com a fundação da República da Turquia, após a Primeira Guerra Mundial, as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Turquia se iniciam em 1927. (ESTADOS UNIDOS, 2021). Ao contrário da desastrosa participação dos otomanos

na Primeira Guerra Mundial, conforme destaca André Barrinha (2011), a posição de neutralidade adotada pelo recente Estado turco na Segunda Guerra Mundial se mostrou bastante conveniente. Barrinha (2011) pontua que esta posição fez com que a Turquia não sofresse as destrutivas consequências da Guerra e tampouco tivesse que investir em esforço militar para tal. No entanto, a principal vantagem para a Turquia veio somente com o final do conflito mundial, com a reestruturação do sistema internacional no pós guerra. O autor afirma que o posicionamento geoestratégico da Turquia se mostrou fundamental para os interesses do bloco Ocidental (BARRINHA, 2011).

O principal motivo que levou a aproximação dos Estados Unidos com a Turquia é, sem dúvida, o contexto da Guerra Fria. A posição da Turquia e sua fronteira com a União Soviética se mostrou uma barreira importante de contenção dentro do contexto das disputas Leste-Oeste (NASSER; ROBERTO, 2017).

Com o governo Truman, os EUA passaram a adotar uma postura ainda mais competitiva com a União Soviética. O governo em Washington estava ciente do desejo soviético de incorporar a Turquia à sua zona de influência. Por conta disto, tanto a Turquia quanto os EUA reconheciam cada vez mais a necessidade de uma cooperação estratégica. Em 1947 os Estados Unidos adotam a Doutrina Truman e fornecem 75 milhões de dólares em ajuda financeira para a Turquia. Truman inclusive afirmou que a Turquia era essencial para a preservação da ordem no Oriente Médio. (NASSER; ROBERTO, 2017). Ainda com relação a aliança estratégica entre EUA e Turquia, Nasser e Roberto pontuam que:

De fato, a aliança construiu-se, sob esse ponto de vista, devido a uma convergência de ambos os países ao verem os soviéticos como ameaça. Ainda que após a Primeira Guerra Mundial a Rússia socialista tenha apoiado o movimento nacional liderado por Atatürk na Guerra de Independência contra as potências estrangeiras, o contexto da Segunda Guerra Mundial transformou a percepção turca para com o governo em Moscou. Sob Stálin, a URSS buscou expandir-se pelo Leste Europeu também em direção aos estreitos turcos de Bósforos e Dardanelos, que permitiriam ligar o Mar Negro, dominado pelos soviéticos, com o Mar Mediterrâneo de águas quentes. (NASSER; ROBERTO, 2017 p. 8-9)

No que diz respeito à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), quando esta foi formada, em 1949, os EUA não estavam ainda certos de que a participação turca na aliança militar era, de fato, necessária. Nasser e Roberto (2017) descrevem que o Departamento de Estado pressionava por uma aliança distinta, que envolvesse a Turquia e o Oriente Médio, enquanto que a OTAN teria foco apenas na Europa Ocidental. Contudo, com o início da Guerra da Coreia e a participação turca no conflito somado ao fato de que a Turquia havia tido sua primeira eleição pluripartidária em 1950, o entendimento do governo estadunidense se modificou (NASSER; ROBERTO, 2017). Em 1952, Grécia e Turquia aderem à OTAN garantindo à Ancara, seu lugar enquanto membro do bloco Ocidental (BARRINHA, 2011).

Conforme mencionado acima, a Turquia enviou tropas para somarem as forças lideradas pela ONU na península da Coreia durante a Guerra e passou a integrar suas plataformas de armas e inteligência com as da OTAN e dos Estados Unidos. Como consequência destes alinhamentos, a Turquia foi o primeiro país do Oriente Médio de maioria muçulmana a reconhecer o Estado de Israel em 1949. Embora a opinião pública fosse contrária a esse reconhecimento, o mesmo foi apoiado pelo Estado-Maior turco que era pró-Occidente. A Turquia passa, então, a integrar, junto com Israel, Irã, Iraque e Arábia Saudita, a primeira linha de defesa contra a penetração comunista na região. (BEYOGHLOW, 2020).

Diversos outros acordos bilaterais foram assinados entre Estados Unidos e Turquia, isso se deu, em grande medida, pelas interações que o governo estadunidense tinha com os militares turcos. A ligação entre o Pentágono e as Forças Armadas turcas serviu como o cerne da relação EUA-Turquia pelos próximos 40 anos seguintes. Isto demonstra que, durante a Guerra-Fria, a relação com a Turquia, em termos de segurança, era essencial para os EUA. Entre 1948 e 1975, a Turquia recebeu ajuda militar dos EUA de mais de 4,5 bilhões de dólares. Foi essa percepção, em termos securitários, da necessidade da aliança entre Washington e Ancara que garantiu a continuidade desta, mesmo depois do golpe militar na Turquia em 1960. Na época do golpe o embaixador estadunidense na Turquia chegou a afirmar que Washington trabalharia com qualquer governo turco para garantir seu comprometimento com o Occidente, desde que não fosse comunista (NASSER; ROBERTO, 2017).

No entanto, é importante ressaltar que, apesar de estar comprometido com a segurança turca, os Estados Unidos não consultavam a Turquia sobre grandes decisões quando estas não eram percebidas como sendo de interesse turco (NASSER; ROBERTO, 2017). Este desequilíbrio vindo da assimetria de poder entre os dois atores ficou ainda mais nítido em dois episódios emblemáticos: a crise dos mísseis de Cuba e a questão do Chipre.

Até a crise dos mísseis de Cuba, em 1962, a Turquia era percebida enquanto um bom aliado para o eixo Ocidental, conforme já mencionado a Turquia teve um papel de destaque na Guerra da Coreia na qual enviou mais de 4.000 militares para o conflito, o que representava o terceiro maior contingente militar depois dos EUA e Coreia. Este envio de contingente militar foi simbólico para a Turquia, já que foi a primeira vez que as Forças Armadas turcas foram enviadas para um cenário de guerra em um contexto multilateral. O esforço de Ancara em nutrir este relacionamento transatlântico era nítido. Apesar disto, o desfecho da crise dos mísseis de Cuba trouxe dúvidas sobre como os membros da OTAN, especialmente os EUA, viam o papel da Turquia (BARRINHA, 2011).

Durante a Crise dos Mísseis de Cuba, o presidente estadunidense John Kennedy trocou a retirada dos mísseis Júpiter da OTAN, localizados na Turquia, pela retirada dos mísseis soviéticos em Cuba, sem consultar Ancara. (NASSER; ROBERTO, 2017). Para resolver a crise, Washington prometeu a Moscou a retirada dos mísseis Júpiter da Turquia. Essa retirada já estava prevista, contudo, esta decisão foi tomada por parte dos EUA sem que a Turquia tivesse sido consultada. Isto aumentou a suspeita em várias áreas da sociedade turca de que a Turquia estava muito mais empenhada em nutrir o relacionamento com os EUA do que este estava em relação a Turquia (BARRINHA, 2011).

Outro exemplo, ainda mais grave para a aliança, foi a questão do Chipre em que ocorreram diferenças entre os Estados Unidos e a Turquia sobre o status das

minorias turcas cipriotas nas décadas de 1960 e 1970. O governo de Lyndon Johnson alertou o governo militar turco contra o envio de tropas para o Chipre que serviriam de apoio aos enclaves turcos recém-criados na década de 1960. Barrinha (2011) pontua que, em face aos problemas enfrentados no Chipre, o presidente Johnson enviou uma carta ao primeiro ministro turco aconselhando a Turquia a não intervir, pois caso o fizesse a URSS poderia se envolver e a OTAN não poderia garantir a defesa da Turquia.³

A Turquia aceitou a recomendação com relutância. Porém, assim que a Guerra do Vietnã estava terminando, a Turquia trouxe à tona, mais uma vez, a preocupação de proteger as minorias muçulmanas turcas que estavam no Chipre após a tomada da ilha por uma junta militar que era intimamente ligada a seus antagonistas gregos, em 1974. Com isso, no dia 20 de julho de 1974, a Turquia invadiu o Chipre e ocupou um terço da ilha. Até os dias de hoje a Turquia ainda mantém mais de 45.000 soldados, o que complica seu relacionamento com a Grécia, país que também é membro da OTAN (BEYOGHLOW, 2020).

Com relação à invasão do Chipre pela Turquia, Nasser e Roberto afirmam:

De fato, quando o governo turco decidiu pela intervenção no Chipre em 1974, o Congresso dos EUA impôs um embargo na venda de equipamentos militares para a Turquia. À época, a Turquia retaliou revogando o Acordo de Cooperação Conjunta de Defesa e fechando os postos de escuta voltados à URSS. Somente em 1978 o governo Carter conseguiu convencer o Congresso a acabar com o embargo. (NASSER; ROBERTO, 2017 p. 10)

Estes episódios de fricção entre os Estados Unidos e a Turquia no período da Guerra-Fria mostram que, ainda que o alinhamento com a Turquia fosse estratégico para Washington, dado o contexto da Guerra-Fria e a proximidade geográfica e político-religiosa com o Oriente Médio, o desequilíbrio de poder entre os dois atores

³ “Em 1963, poucos anos após a independência do Chipre relativamente ao Reino Unido, dá-se o colapso do acordo que existia entre cipriotas turcos e cipriotas gregos relativamente à partilha do poder na ilha. Esta situação levou a um contexto de instabilidade e violência que culminaria com a ocupação militar turca da parte norte da ilha em 1974 sob o argumento de salvaguardar a sobrevivência dos cipriotas turcos. Deste então, a ilha encontra-se dividida entre cipriotas gregos e cipriotas turcos.” (BARRINHA, 2011 p.371)

já começava a mostrar sinais problemáticos. Ainda assim, esse desequilíbrio não chegou a atingir seu ápice neste período e isto se deu, em grande medida, pela neutralidade do posicionamento turco frente a seus vizinhos. No que diz respeito ao posicionamento turco Nasser e Roberto (2017) destacam que:

Entretanto, quando se tratava da região em sua fronteira sul, a política externa turca, em geral, era mais reticente: devido aos problemas surgidos ao longo da evolução do Estado turco, as elites tradicionais do país viam o Oriente Médio como possível fonte de ameaças dada a proeminência de populações curdas e movimentos políticos islâmicos fortes. Dessa forma, durante a Guerra Fria, a Turquia majoritariamente adotou uma política externa que se abstinha de envolver-se na região e, quando o fazia, agia de maneira a securitizar as questões locais e a desvincular-las da política de alianças Leste-Oeste (NASSER; ROBERTO, 2017 p. 10-11).

3.3 O fim da Guerra Fria e a mudança do posicionamento turco

Com o término da Guerra Fria, a aliança EUA-Turquia inicia uma fase de constantes ajustes em consequência da queda do inimigo comum soviético. Particularmente nesse período, a racionalidade por trás da aliança passou a ser explorada por meio de um contexto multirregional, reforçando ainda mais o papel turco no Oriente Médio (NASSER; ROBERTO, 2017).

O cenário de pós Guerra Fria definitivamente causou mudanças no contexto internacional especialmente para a Turquia que tinha um papel central enquanto tampão do avanço soviético. Barrinha (2011) discorre sobre estas mudanças:

O período relativo ao fim da Guerra Fria trouxe consequências para a Turquia, tanto de forma direta como de forma indireta. De forma direta, no sentido em que a Turquia teve o seu papel de fronteira da OTAN questionado num contexto em que a fronteira Soviética já não representava a ameaça existencial de até então. Indiretamente, uma vez que com a desintegração do Bloco do Leste, todo o seu contexto regional se viu transformado. No Médio Oriente, deixou de haver a influência Soviética como contraponto à presença norte-americana e, na Ásia Central, Cáucaso, Balcãs e Europa de Leste, houve um completo redimensionamento do espaço geopolítico com a criação e desintegração de vários Estados, sendo de destacar pelas suas consequências particularmente nefastas, o fim da República Iugoslava. A Turquia necessitava assim de um novo rumo para a sua política externa que tivesse em consideração todas estas mudanças em seu redor, assim como a transformação do papel da OTAN a nível internacional. (BARRINHA, 2011 p. 368-369).

Todas estas mudanças trazidas pelo fim da Guerra Fria acabaram por influenciar em uma mudança de visão de política externa pela Turquia. A nova configuração de poder mundial trouxe preocupações em relação ao futuro para os turcos. A transformação nas estruturas de poder impactaram, de certa maneira, as relações entre Turquia e Estados Unidos. As aspirações da Turquia por uma maior independência e autonomia estratégica na condução de sua política externa começam a crescer cada vez mais, além disto, os esforços turcos para assumir um maior status nos assuntos mundiais levaram Ancara a buscar uma estratégia mais assertiva em suas relações com Washington (SAYARI, 2013).

Com a desintegração da URSS e término da Guerra-Fria os EUA emergem como unipolo no sistema internacional. Contrariando as previsões da teoria de Balanço de Poder de Kenneth Waltz (2002) nenhuma outra grande Potência tentou contrabalancear os EUA. Waltz (2002) afirma que a lógica do sistema internacional é semelhante à lógica de mercado. Os Estados operam como empresas e competem no sistema internacional. No contexto de anarquia, os Estados não confiam uns nos outros e a sobrevivência destes depende da maximização do poder. No entanto, com a emergência e, principalmente, permanência dos EUA enquanto unipolo no sistema internacional uma lacuna na teoria de Waltz surge.

Nesse sentido, a Teoria do Equilíbrio de Ameaças, desenvolvida por Stephan Walt em 1987, expandiu o poder explicativo do conceito de Equilíbrio de Poder, adicionando novas noções. Walt (1995) apresenta o fator “ameaça” como principal a ser considerado pelos Estados ao formarem alianças. Ele destaca que embora o poder seja uma parte significativa da equação, não é o único que deve ser levado em consideração. Os Estados tendem a se aliar ou se contrapor àqueles que representarem a maior ameaça. Walt (1995) ainda formula que a ameaça é função dos seguintes fatores: poder agregado, proximidade, intenções ofensivas e capacidade ofensiva. A aliança é, portanto, o resultado da interação destes fatores mencionados.

A partir destas explicações é possível dizer que a estabilidade do sistema em uma unipolaridade gozada pelos Estados Unidos se deu, em grande parte, pela percepção dos demais atores de que eles não representavam um poder ameaçador.

No entanto, conforme será mencionado adiante, com a invasão do Iraque essas percepções em relação aos Estados Unidos se modificaram, especialmente no que diz respeito à Turquia.

Outro ponto importante que também incentivou a mudança de abordagem da Turquia em relação aos EUA foi a transformação doméstica que ocorreu na Turquia a partir de 2002. A vitória do Partido da Justiça e Desenvolvimento (em turco: *Adalet ve Kalkınma Partisi* ou AKP) nas eleições de 2002 levou a uma grande mudança de poder dentro da Turquia, além de ter consequências significativas para a política externa turca em relação aos Estados Unidos. (SAYARI, 2013).

O AKP assumiu o governo em novembro de 2002 como um partido *outsider*, capitalizando a crise do sistema político depois dos colapsos da economia turca que ocorreram em 1999 e 2001. As origens do partido estavam em um movimento social conservador, construído com base em política de rua, escolas religiosas e mobilizações populares, sua ideologia combinava devoção religiosa e parlamentarismo com uma linha pró-muçulmana convencional. Nas eleições de 2002 o AKP venceu o Partido Popular Republicano (CHP) ao conquistar 60% das cadeiras do *Meclis*, o parlamento turco (TUGAL, 2013).

Após ter se tornado o partido governante da Turquia, o AKP apoiou um engajamento amigável, mas cauteloso com os Estados Unidos. Existia um número considerável de pessoas tanto em posições de liderança, quanto no parlamento que eram contrárias aos EUA, principalmente por conta do forte apoio de Washington a Israel. Contudo, a liderança do AKP considerava importante manter laços estadunidenses amigáveis para garantir maior legitimidade ao partido. Todavia, com o passar do tempo, algumas das principais suposições que tradicionalmente guiaram as relações exteriores turcas foram questionadas pelo AKP. A consequência mais importante em termos de política externa que o AKP trouxe foi o esforço em se envolver politicamente, economicamente e culturalmente com os países de maioria muçulmana no Oriente Médio. O governo do primeiro-ministro Erdogan gastou vasta energia diplomática e capital para elevar o caráter político e econômico da Turquia na região com o objetivo de tornar o país uma potência regional em sua vizinhança (SAYARI, 2013).

De fato, a ascensão ao poder do AKP representou uma mudança crucial tanto para a política interna turca, quanto para a política externa. Barrinha (2011) elucida que:

A vitória do AKP nas legislativas de novembro de 2002 não só significou a ascensão ao poder de uma nova força política, como correspondeu ao início de um processo de transformação da política, economia e sociedade turca. Apesar de mais moderado do que o antigo partido Refah, vários dos seus principais membros eram, com efeito, ex-membros do partido de Erbakan, o que deixou o aparelho kemalista extremamente preocupado. Essa preocupação revelou-se sem fundamento, pois o governo do AKP dedicou boa parte do seu primeiro mandato a seguir as linhas previamente estabelecidas em matéria de política externa, principalmente na questão do seu empenho no sentido da integração europeia (BARRINHA, 2011 p.376).

Com isto, podemos dizer que uma mudança começa a despontar no relacionamento turco-estadunidense. Conforme será demonstrado adiante, essa mudança obteve contornos dramáticos com a crise causada pela invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003. Os elementos que compõe essa crise serão melhor investigados nas próximas seções.

3.4 A questão curda

Para compreender, de maneira mais ampla, o relacionamento entre Turquia e Estados Unidos é necessário considerar os pontos mais sensíveis desta relação. O desacordo que aconteceu entre os dois países na Guerra do Iraque é, sem sombra de dúvidas, um importante ponto de fricção a ser analisado. No entanto, para que se investigue este episódio na próxima seção, é preciso entender um tópico chave para tal desacordo: a questão curda para a Turquia. Este assunto será abordado nesta seção.

Os curdos representam um montante de 36 milhões de pessoas que estão espalhadas entre quatro países: Turquia, Síria, Iraque e Irã. Esta população não é efetivamente reconhecida em nenhum destes países onde se aloca majoritariamente. Mayara Ortega (2020) aponta que do total de 36 milhões de curdos,

cerca de 12 a 20 milhões estão localizados na Turquia, especialmente na região sudeste do país que faz fronteira com a Síria, Irã e Iraque.

A região definida pelos curdos enquanto Curdistão é subdividida em: Curdistão do norte (território turco), Curdistão do Sul (território iraquiano), Curdistão oriental (território iraniano) e Curdistão ocidental (território sírio). Atualmente, dentro destas quatro regiões, apenas o Curdistão do Sul é a que possui autonomia política, caracterizando-se como um território autônomo vinculado ao governo do Iraque. (ORTEGA, 2020).

No que se refere à região em que o Curdistão se localizava, Ortega (2020) aponta que:

Nessa vasta região do Oriente Médio sobre a qual o Curdistão se assentava, este, foi incluído na divisão de terras proposta pelas potências europeias no contexto do declínio do Império Otomano (1908-1922), em especial Inglaterra e França, por intermédio de tratados diplomáticos de paz. A primeira partilha se materializou no Tratado de Sèvres, assinado em 1920, que reconhecia legalmente a existência da região do Curdistão, entre outros Estados nacionais que estavam por se consolidar. (ORTEGA, 2020 p.10)

Com o reconhecimento do território curdo pelo Tratado de Sèvres, a questão curda parecia estar resolvida, finalmente. No entanto, o reconhecimento durou pouco tempo. Como já fora exposto, com a independência turca, o líder do movimento nacionalista e primeiro presidente da nova república, Mustafá Kemal, acelerou-se em determinar que o Tratado de Sèvres não seria reconhecido. Com a assinatura, em 1923, do Tratado de Lausanne, se tornou legal o não reconhecimento dos curdos e, acima de tudo, do território do Curdistão (ORTEGA, 2020).

Essa decisão ceifou as esperanças de consolidar um Estado curdo e provocou a dispersão curda no Irã, Iraque, Síria e na própria Turquia. A Turquia desde sua fundação, em 1923, se nega a reconhecer tanto culturalmente, quanto politicamente a população curda. Um exemplo disto é que, até meados dos anos 90, a língua curda era proibida de ser falada em território turco. Até os dias de hoje, o aprendizado da língua curda em escolas primárias e a utilização da mesma em programas de televisão e rádio é expressamente proibida na Turquia (ORTEGA, 2020).

Com relação à maneira como os curdos passaram a ser tratados pelo governo turco, Ortega (2020) descreve:

Por configurarem a minoria étnica mais numerosa do território, os curdos foram os principais alvos das políticas de assimilação, difundidas pelo governo. Proibições corriqueiras, mas de grande peso e significado simbólico foram impostas, como a proibição das palavras “curdos” e “Curdistão”, como forma de impor um apagamento da sua existência. Deportação em massa, marginalização e proibição da cultura, a proibição da língua e os constantes ataques a qualquer organização política curda, tornou-se política de Estado no projeto para a assimilação da cultura turca. (ORTEGA, 2020 p.28)

Esses movimentos foram eficazes em silenciar a população curda por um certo tempo. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970 começa um movimento de construção de um novo nacionalismo curdo na Turquia. Pautado no contexto internacional dos movimentos de descolonização, novos elementos e uma nova narrativa é incorporada ao movimento curdo trazendo mudanças significativas para este. A Constituição turca de 1961 trouxe concessões de liberdades, ainda que limitadas, para os curdos. Além disto, o fortalecimento do movimento curdo no Iraque somado ao surgimento de uma nova geração curda politicamente ativa serviram para abrir caminho para movimentos curdos que estavam por vir (ORTEGA, 2020).

Nos anos 60 o movimento curdo no Iraque e a possibilidade de uma possível influência em movimentos separatistas curdos em outras regiões passou a ser uma preocupação central da Turquia. É neste período também que começa a se intensificar uma consciência cultural curda na Turquia. Ortega (2020) pontua que:

O que explica a intensificação dessa consciência cultural curda são os processos de urbanização que ocorreram na Turquia entre 1960 e 1970, que ocasionou no aparecimento de uma classe média urbana composta por intelectuais curdos. Esses intelectuais rapidamente aderiram ao movimento de esquerda. Nesse momento, os curdos passam a se apropriar do discurso socialista, enfatizando a opressão nacional como explicação para a violência que sofrem. (Mayara Rodrigues Ortega, 2020 p. 36)

A mudança do movimento nacionalista curdo em direção ao marxismo fez com que os curdos fossem vistos pelo Estado turco enquanto inimigos e traidores da pátria. Nos anos 70, diversos partidos curdos de esquerda, começam a surgir, como o TKSP

(Partido Socialista do Curdistão), Rizgary, Kaea e o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). (ORTEGA, 2020).

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) surgiu enquanto uma organização anticolonial. O partido foi fundado em 1978 como um grupo clandestino. Seu surgimento foi resultado de diversos fatores econômicos e sociais, dentre eles as políticas de assimilação dos curdos, a violência política direcionada a esta população além da negligência econômica do Estado turco nas áreas de maioria curda. Tais fatores levaram a uma intensificação das fissuras entre o governo turco e a população curda. Desde a sua fundação, o PKK tinha em sua agenda a reivindicação pela independência do Curdistão. Isto incluía o uso da resistência violenta como estratégia. Embora existissem àquela época diversas organizações políticas curdas, nenhuma delas conseguiu atingir o mesmo apoio popular e o mesmo nível de ativismo que o PKK gozava. (ORTEGA, 2020).

A partir deste cenário, a maior preocupação turca era que esse movimento paramilitar fosse capaz de dividir o país. Com isso, baniu todas as organizações e partidos políticos curdos do país como forma de reafirmar a negação da identidade curda no ambiente público. (ORTEGA, 2020).

Contudo, em 1980 ocorreu um agravante que favoreceu o fortalecimento do PKK. O golpe militar turco de 1980 fez com que diversos membros do PKK fossem presos e aqueles que conseguiram fugir se alocaram na Síria. (ORTEGA, 2020). O governo sírio de Hafez al-Assad passou a utilizar a questão curda como instrumento de pressão para a Turquia. Nasser e Roberto detalham que:

Na época, as relações turco-sírias encontravam-se deterioradas devido a disputas territoriais envolvendo a província turca de Hatay, reivindicada por Damasco; ao fortalecimento dos laços militares entre o Estado turco e Israel; e à construção de uma enorme represa, em 1983, por parte da Turquia, no rio Eufrates, que diminuía o volume de água que corria em direção à Síria. Além disso, desde 1984 o governo turco vinha enfrentando um conflito com a guerrilha do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, na sigla original), que exigia a independência da região curda de seu território. Hafez al-Assad aproveitou-se do problema interno da Turquia e passou a facilitar o estabelecimento de bases do PKK turco no território curdo da Síria. Em troca dessa concessão do governo de Assad, o movimento curdo se comprometeu a não fazer novas demandas em relação ao território sírio, que serviria apenas como base de lançamento de operações contra a Turquia (NASSER; ROBERTO, 2019 p.222-223).

Desta maneira, o PKK teve a chance de criar campos militares no norte do Líbano (região ocupada pela Síria) e seus membros foram militarmente treinados e receberam suporte bélico das autoridades sírias. Foi também neste período de asilo político que membros do PKK mantiveram contato com militantes de outros grupos de esquerda, como a OLP (Organização pela Libertação Palestina) e o ASALA (Exército Secreto Armênio para Libertação da Armênia) (ORTEGA, 2020).

Com a utilização, na década de 1990, das bases na Síria, o PKK criou laços com a comunidade curda local. O líder da organização, Abdullah Öcalan residia no norte da Síria, e era de lá que ele comandava a insurgência contra a Turquia. Foi apenas em 1998, quando a Turquia ameaçou intervir militarmente na Síria, que Damasco obrigou o PKK a deixar seu território. (NASSER; ROBERTO, 2019).

O enfraquecimento do apoio popular e a prisão de Abdullah Öcalan, conduziram a transformações na base militar e ideológica do PKK. A década de 1990 também foi marcada por um aumento significativo da violência nas ações do grupo. A Turquia, por outro lado, se dispõe a enfraquecer de uma vez por todas o partido. Dentre suas estratégias houve a evacuação dos assentamentos rurais que tinha como objetivo, cessar o apoio dos camponeses ao PKK. Além disto, neste período também ocorreram diversos assassinatos, prisões e desaparecimentos de curdos no território turco (ORTEGA, 2020).

Com a Guerra do Golfo, em 1991 e o estabelecimento da Região Autônoma Curda no Iraque, a Turquia passou a ter uma preocupação ainda maior com a questão curda. O governo turco, sempre foi contrário à separação do Iraque. A integridade do Iraque servia para manter grupos extremistas sob controle, principalmente o movimento curdo no norte do Iraque. A maior preocupação turca era de que a guerra do Iraque criasse um vácuo de poder que permitiria que o PKK alcançasse um território protegido onde pudesse arquitetar ataques contra a Turquia (GÜN, 2010).

É neste contexto que a Invasão do Iraque pelos Estados Unidos se torna um grande ponto de tensão no relacionamento dos dois países. Tal desacordo será melhor abordado na próxima seção.

3.5 A Guerra do Iraque: ponto de fricção

Conforme mencionado na seção anterior, a Guerra do Golfo (1991) trouxe uma preocupação turca ainda maior em relação a população curda. Barrinha (2011) aponta que em meio ao direcionamento turco para uma redefinição de sua política externa, o país viria a assumir um papel fundamental na Guerra do Golfo. O então presidente turco Turgut Özal, diante de um considerável ceticismo interno para com o envolvimento do país em um conflito contra um Estado vizinho, decidiu não enviar tropas para o Iraque. Ainda assim, permitiu o uso das bases aéreas conjuntas no sudeste turco para os ataques estadunidenses (BARRINHA, 2011).

O envolvimento da Turquia na Guerra do Golfo trouxe consequências para o país. Barrinha (2011) argumenta que:

É de realçar que o problema curdo iraquiano do pós-Guerra do Golfo levou a um aumento exponencial da visibilidade da questão curda na própria Turquia. Nessa matéria, o envolvimento turco na Guerra do Golfo acabaria por trazer mais dores de cabeça do que benefícios para a elite de Ancara. O conflito que opunha a Turquia ao PKK, liderado por Abdullah Öcalan desde o início da década de 1980, agudizou-se consideravelmente a partir desta altura, atingindo proporções de uma quase-guerra civil. (BARRINHA, 2011 p.369)

A Guerra do Golfo acabou por aprofundar as diferenças entre Ancara e Washington. A Turquia enxergou uma certa desconsideração estadunidense frente aos prejuízos sofridos por seu envolvimento no conflito. (BARRINHA, 2011). É a partir deste cenário, que as relações turco-estadunidenses chegam ao seu momento de maior tensão desde o fim da Guerra Fria.

Após os ataques de 11 de setembro, o presidente americano George W. Bush passou a adotar uma abordagem maniqueísta contra o terrorismo. O discurso defendido era de que quem não estivesse com os Estados Unidos estaria do lado do

terrorismo. No entanto, esse discurso foi difícil de ser apoiado por alguns países muçulmanos. (GÜN, 2010).

Diante do desencadeamento da Guerra ao Terror, em 2003, os EUA iniciaram um processo de negociação com a Turquia para que fosse aberta uma linha de ataque ao Iraque a partir do sudeste turco. O acordo foi aceito pelo presidente Recep Tayyip Erdoğan, porém era necessária a aprovação no Parlamento. (BARRINHA, 2011).

A sociedade civil, militar e política turca não apoiavam a ideia de abrir a fronteira com o Iraque para as tropas estadunidenses. Os principais argumentos eram o já mencionado receio em relação ao estado curdo independente, além disto os resultados econômicos e o descontrole do PKK no norte do Iraque. Durante as negociações, Ancara ofereceu aos Estados Unidos o envio de 20.000 soldados, mas a oferta foi recusada. Ademais, a Turquia queria receber 92 bilhões de dólares em compensação aos efeitos da Guerra do Iraque à economia turca, esta proposta foi também rejeitada. Isto posto, em 1º de março de 2003, a Grande Assembleia Nacional Turca votou contrária a utilização do território turco pelo Estados Unidos. (GÜN, 2010).

Com a recusa do parlamento turco, os Estados Unidos tiveram que recorrer ao Norte do Iraque, isto é, aos curdos iraquianos, enquanto base de apoio para sua invasão militar. Isso trouxe aos curdos um papel estratégico importante na perspectiva estadunidense. Barrinha (2011) discorre que:

Tal contribuiu para a atribuição de uma importância estratégica aos curdos iraquianos que na prática passaram a contar com o apoio dos EUA na definição de uma entidade política curda no Norte do Iraque, aspecto que desagradou a Ancara. O PKK voltou às armas em junho de 2004 num contexto de grande autonomia curda no Norte do Iraque e de falta de poder efetivo do estado iraquiano. O relacionamento entre os EUA e a Turquia começou a deteriorar-se de forma significativa chegando ao ponto de em 2004 a população turca considerar os EUA como a maior ameaça à paz internacional e à própria Turquia. (BARRINHA, 2011 p.376 -377)

A crise causada pela Guerra do Iraque fez com as relações turco-estadunidenses piorassem como nunca visto anteriormente. Além disso, em 4 de julho de 2003, a Força Especial Turca foi detida por soldados dos EUA na cidade de

Suleymaniah, norte do Iraque, agravando ainda mais o relacionamento entre os dois países (GÜN, 2010).⁴

Apesar disto, a aliança pareceu se recuperar relativamente rápido. Ainda que o governo turco divergisse e criticasse as diversas ações estadunidenses no Iraque. Nasser e Roberto (2017) defendem que essa recuperação é consequência da ênfase que o governo estadunidense colocou no modelo turco, ligando este a *Freedom Agenda* de Bush. Os autores explicam que:

Em junho de 2004, Bush visitou Istambul, onde reiterou a importância dos laços turcos com o Ocidente, destacando seu papel em espalhar a democracia na região, afirmando que devido ao caráter turco, seu sucesso é vital para o futuro do progresso e da paz na Europa e no Oriente Médio. Além disso, o apoio e participação da Turquia na missão da OTAN, no Afeganistão, também serviu para mitigar os problemas causados na relação com a invasão estadunidense do Iraque (NASSER; ROBERTO, 2017 p.12).

Paulatinamente, a Turquia começou a reconsiderar sua política no norte do Iraque ao concluir que a recusa em estabelecer um diálogo com os líderes da região era mais prejudicial do que benéfica para seus interesses. Em um gesto de reaproximação, em outubro de 2009, o ministro dos negócios estrangeiros turco Ahmet Davutoğlu visitou a região e na ocasião anunciou a abertura de um consulado na capital Erbil (BARRINHA, 2011).

No que diz respeito à questão curda e a reaproximação turca com o Iraque, Barrinha (2011) ressalta que:

Durante vários anos os líderes políticos curdos foram vistos como personas non gratas em Ancara; contudo, para além da constatação das limitações associadas a uma abordagem confrontacional com o governo regional curdo, Ancara chegou à conclusão que podia controlar melhor as incursões do PKK na Turquia a partir do Norte do Iraque se conseguisse a cooperação de Massoud Barzani. Além do mais, a Turquia necessitava igualmente de uma estratégia coerente para lidar com o 'novo' Iraque e o apoio dos líderes curdos podia ser essencial para estabilizar a transição política que o Iraque tem vindo a sofrer desde 2003. Em outubro desse mesmo ano, Erdoğan tomou a ousada iniciativa de fazer deslocar uma enorme comitiva de ministros, empresários e jornalistas a Bagdá onde foram assinados 48 acordos nas mais

⁴ 11 soldados turcos foram detidos por militares estadunidenses no dia 4 de julho de 2003, na cidade de Sulaymaniyah, no Iraque. A prisão ocorreu após alegações de que forças turcas estariam preparando um complô para prejudicar iraquianos-curdos que vivem na área controlada pelos curdos no norte do país. (BBC Brasil, 2003).

diversas áreas, desde a segurança à gestão da água. Este foi um gesto que indicou que a Turquia estava decidida a ajudar o vizinho Iraque a retomar o seu caminho (BARRINHA, 2011 p.377).

Essa reaproximação, todavia, não significou a resolução da questão curda para a Turquia, que permanece sendo um ponto amplamente controverso nas relações turcas com outros países, especialmente com os Estados Unidos. A visão de que o PKK foi um dos principais beneficiários da Guerra do Iraque continua a imperar na sociedade turca. Somado a isso está a relutância estadunidense em remover militarmente as bases do PKK. Apesar de os Estados Unidos rotularem o PKK como uma organização terrorista e terem auxiliado a Turquia na captura de seu líder Abdullah Öcalan em 1999, Washington parecia relutante em tomar medidas contra a organização no norte do Iraque, pois a mesma, como já mencionado anteriormente, emergiu como principal aliada estadunidense no Iraque. Mesmo com as repetidas declarações das autoridades de que Washington estava lado a lado com Ancara na luta contra o PKK, as percepções desfavoráveis aos Estados Unidos permaneceram fortes na sociedade turca (SAYARI, 2013).

3.6 Conclusões Parciais

Conforme demonstrado neste capítulo, o conceito de genocídio foi cunhado apenas em 1944 pelo advogado polonês Raphael Lemkin. No entanto, o massacre dos armênios em 1915 já havia sido revisto pelo tratado de Sévres ainda em 1920. Apesar de não ter sido aplicado, o texto do tratado revela uma preocupação em reconhecer e punir os responsáveis pela morte dos armênios. Ademais, a atuação do Tribunal Permanente dos Povos em reconhecer a responsabilidade dos Jovens Turcos pelo genocídio armênio é um importante instrumento em prol do argumento em favor do reconhecimento.

Para entender melhor o processo que culminou no fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama é necessária uma avaliação dos principais pontos do relacionamento turco-estadunidense. Para isto neste capítulo

foram analisadas as principais questões que cercaram as relações entre Turquia e Estados Unidos até o início do mandato Obama.

A posição de neutralidade adotada pela Turquia na Segunda Guerra Mundial fez com que o país não sofresse as destrutivas consequências do conflito mundial. No entanto, a principal vantagem para a Turquia veio somente com o final da guerra. A reestruturação do sistema internacional e o posicionamento geoestratégico da Turquia foram fundamentais para os interesses do bloco Ocidental.

O contexto da Guerra Fria levou a uma aproximação maior entre Estados Unidos e Turquia. A doutrina Truman de 1947 veio reforçar ainda mais a cooperação estratégica entre os dois países. A Turquia neste contexto surgiu como um aliado importante na contenção do avanço soviético. Além disto, em 1952 o país entrou na OTAN, garantindo seu lugar enquanto membro do Bloco Ocidental.

Neste período também a Turquia desenvolveu um papel proeminente da Guerra da Coreia, enviando mais de 4.000 militares para o conflito. Este envio de contingente foi simbólico uma vez que representou a primeira vez que as Forças Armadas turcas foram enviadas em um contexto multilateral.

Apesar desta proximidade turca com os Estados Unidos e o bloco Ocidental, a crise dos mísseis de Cuba trouxe dúvidas sobre como os membros da OTAN, especialmente, os Estados Unidos, viam a Turquia. A decisão do presidente Kennedy em trocar a retirada dos mísseis Júpiter da OTAN que estavam localizados na Turquia pela retirada dos mísseis soviéticos em Cuba sem consultar Ancara aumentou as ressalvas em relação a parceria turco-estadunidense em diversos setores da sociedade turca.

Outro caso que gerou fissuras nas relações entre Ancara e Washington foi a questão do Chipre. A invasão turca no país fez com que o Congresso estadunidense impusesse um embargo na venda de equipamentos militares para a Turquia que reagiu revogando o Acordo de Cooperação Conjunta de Defesa.

Estes episódios de fricção entre Turquia e Estados Unidos mostram que o desequilíbrio de poder entre os dois atores já começava a mostrar sinais problemáticos. De acordo com Nasser e Roberto (2017) este desequilíbrio não atingiu seu ápice por conta do posicionamento de neutralidade da Turquia em relação a sua vizinhança.

Este posicionamento de neutralidade se alterou com a chegada ao poder do AKP. A Turquia passou a buscar uma maior independência e autonomia estratégica em relação a sua política externa.

O maior ponto de fricção do relacionamento turco-estadunidense até a chegada de Obama à presidência, sem dúvida é a Invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Isto se deve, em grande medida pela questão curda que causou e ainda causa grandes preocupações securitárias para a Turquia. De acordo com o já exposto, a invasão do Iraque e aproximação estratégica dos Estados Unidos com os curdos iraquianos gerou tensões com a Turquia.

Estas tensões foram, de certa forma, cessando à medida que a Turquia passou a reconsiderar sua política no norte do Iraque. Em outubro de 2009, o ministro dos negócios estrangeiros turco visitou a região em um gesto de reaproximação com o Iraque. Esta reaproximação, no entanto, não significou que a questão curda foi resolvida. A visão de que o PKK foi um dos principais beneficiados pela Guerra do Iraque continua a imperar na sociedade turca.

Em suma, é possível dizer que diversas mudanças estavam ocorrendo tanto no cenário interno turco, quanto no cenário externo. A reorientação da política externa da Turquia com certeza foi um fator relevante no desenvolvimento do relacionamento turco-estadunidense.

Nas próximas seções serão abordados os principais aspectos da relação entre Turquia e Estados Unidos durante a administração Obama.

4 O RELACIONAMENTO TURCO-ESTADUNIDENSE E A QUESTÃO ARMÊNIA NO GOVERNO OBAMA

Com a finalidade de responder aos objetivos propostos neste trabalho, este capítulo se dedicará a analisar as relações entre Estados Unidos e Turquia e a temática sobre o reconhecimento do genocídio armênio durante o governo Obama, elencando os principais acontecimentos e atores envolvidos nestes processos.

4.1 A Turquia sob o AKP e o início do mandato Obama

Conforme mencionado no capítulo anterior, a ascensão do AKP ao governo em 2002 marcou o início de intensas mudanças domésticas e um reposicionamento turco em relação ao Oriente Médio (NASSER;ROBERTO, 2017).

A política externa que passou a ser adotada pelo partido, se pautou em uma doutrina conhecida como “zero problemas com vizinhos”. Nasser e Roberto (2017) pontuam que sob esta doutrina, a Turquia atuaria como provedora da ordem, segurança e estabilidade em seu entorno regional. A partir de um engajamento pragmático com todos os atores possíveis, com o incentivo ao uso da diplomacia para a resolução de conflitos e o aprofundamento das relações econômicas, o país diversificou suas parcerias e garantiu uma autonomia maior. Desse modo, o foco da política externa turca se orientou em direção ao Oriente Médio. (NASSER; ROBERTO, 2017).

Ibrahim Kalin (2010) ressalta que a valorização da localização geopolítica da Turquia é um elemento-chave para o novo paradigma de política externa adotado pelo AKP que foi formulado por Ahmet Davutoglu, acadêmico de Relações Internacionais e diplomata de carreira responsável por criar as bases conceituais da política externa do AKP (NASSER; ROBERTO, 2017). O paradigma se baseia na ideia de que o valor de uma Nação, no complexo arranjo das relações internacionais, depende de sua localização geoestratégica. Isto significa que boa parte da política mundial sobre energia e segurança passa pela vizinhança imediata da Turquia. (KALIN, 2010).

No que se refere à aproximação com a Europa, Erdogan, ao assumir o posto de Primeiro-Ministro reforçou sua proposta de tornar a Turquia um membro da União Europeia. Este projeto, de acordo com Nasser e Roberto (2017), tinha como um de seus objetivos, a diminuição do poder político dos militares, uma vez que, para se tornar parte do bloco europeu, a Turquia deveria aprovar medidas de harmonização legislativa que aproximassem as leis turcas do padrão da União Europeia, o que incluía garantir o controle civil sobre os militares.

Depois de um período inicial de maior aproximação com a União Europeia, a Turquia foi cada vez mais deixando de lado a política de evitar estabelecer vínculos com o Oriente Médio. Nasser e Roberto (2017) descrevem que:

Diversas foram as iniciativas que apontavam para a consolidação da Turquia como ator de grande influência na região do Oriente Médio. Destacam-se dentre as várias: a melhora significativa nas relações com a Síria; o reconhecimento do resultado das eleições palestinas de 2006 que deu a vitória ao Hamas e o posterior engajamento político com o grupo mesmo à contragosto dos aliados ocidentais; o estabelecimento de relações comerciais e a criação de interdependência energética com o Governo Regional do Curdistão iraquiano através de investimentos em oleodutos. (Nasser e Roberto, 2017 p.18-19).

Estas mudanças internas e externas que aconteceram na Turquia estavam em seu apogeu quando o presidente Barack Obama assumiu o governo dos Estados Unidos, em janeiro de 2009. Obama fora eleito sob uma campanha que tinha como discurso, a diminuição da presença estadunidense no Oriente Médio. Essa promessa significava, em termos práticos, que os países do Oriente Médio assumiriam, de maneira mais ampla, suas questões securitárias. A partir desta lógica, a aliança com a Turquia ganharia destaque (NASSER; ROBERTO, 2017).

Em sua primeira viagem internacional, em abril de 2009, o presidente Barack Obama visitou dentre outros países, a Turquia. Barrinha (2011) aponta que nessa primeira visita, Obama já dava sinais claros que intencionava reparar os danos no relacionamento turco-estadunidense causados pela Administração Bush. O presidente estadunidense discursou no parlamento turco e chamou a relação dos Estados Unidos com a Turquia de parceria modelo. (NASSER;ROBERTO, 2017).

Kalin (2010) argumenta que ao chamar a Turquia de Estado central e definir o relacionamento turco-estadunidense em termos de parceria modelo, o presidente reiterou a importância turca para seu governo.

No que diz respeito às expectativas turcas em relação ao novo presidente estadunidense, Adam Szymański (2009) argumenta que a tendência era favorável, uma vez que, a nova administração mostrava claramente que o pragmatismo dominaria a política externa dos Estados Unidos. Este pragmatismo, segundo o autor, consistia em uma clara apreciação da importância do Estado turco principalmente no que se refere ao Oriente Médio. Szymański (2009) aponta que esta é a fonte das medidas tomadas pelo governo Obama para evitar que a Turquia se afaste do Ocidente, como por exemplo, o apoio estadunidense à adesão da Turquia à União Europeia.

Manter boas relações com a Turquia se mostrou fundamental, pois eram inúmeros os desafios que o recém eleito presidente estadunidense teria de enfrentar. Larrabee (2009) aponta que Obama se deparou com a coleção de questões mais desafiadora que um presidente dos Estados Unidos já teve de confrontar no período pós-guerra. Internamente, o país encarava a pior crise econômica desde a Grande Depressão de 1930 ao mesmo tempo que estava envolvido em duas guerras (a saber, Guerra do Iraque e Afeganistão). Larrabee (2009) ainda descreve que:

O impacto da crise econômica global significa que Obama precisará gastar muito tempo lidando com assuntos domésticos – prevenindo o colapso da economia estadunidense. (...) Como resultado, os aliados dos Estados Unidos – incluindo a Turquia – podem encontrar dificuldade em conseguir a atenção de Obama. (...) Essa pode ser particularmente a situação com a resolução do caso do genocídio armênio, que provavelmente será reintroduzido no começo de 2009. Há um perigo de que a administração Obama esteja tão preocupada com outros assuntos importantes que não seja dada a devida atenção ao potencial dano que a resolução poderia causar para as relações turco-estadunidenses, até que seja tarde demais para evitar uma crise séria. (LARRABEE, 2009, tradução nossa).⁵

⁵ No original: “The impact of the global economic crisis means that Obama will need to spend a great deal of his time dealing with domestic affairs – preventing the collapse of the US economy (...) As a result, America’s allies—including Turkey – may find it difficult to get Obama’s attention. (...) This could particularly prove to be the case with the Armenian genocide resolution, which is likely to be re-introduced in early 2009. There is a danger that the Obama administration may be so preoccupied with other pressing issues that it may not pay sufficient attention to the potential damage the resolution could do to US-Turkish relations until it is too late to head off a serious crisis.” (LARRABEE, 2009 p.3-4).

Portanto, a situação se complicava ainda mais para Obama, pois além destes desafios econômicos e militares, nos quais o apoio da Turquia poderia ser útil, havia também a questão sobre o genocídio armênio. Obama defendeu essa causa e ganhou o apoio de muitos armênio-americanos ao prometer que reconheceria os massacres ocorridos com os armênios em 1915 enquanto genocídio.

Obama não foi o primeiro presidente dos Estados Unidos que prometeu reconhecer o genocídio armênio. Zarifian (2021) argumenta que todos os presidentes desde Ronald Reagan tomaram decisões semelhantes, tornando o não reconhecimento desse genocídio um caso interessante de continuidade política em Washington. O autor destaca que existem algumas razões que tornam o caso de Obama especial. A primeira razão é que Obama apoiou o reconhecimento de maneira enfática quando ainda era senador, a segunda razão é que durante sua campanha eleitoral em 2008 ele repetiu em diversas ocasiões que reconheceria o genocídio se eleito presidente e, diferente de outros candidatos que apenas enviavam cartas declarando seu compromisso com os armênios, Obama deixou ainda mais claro seu compromisso ao publicar sua promessa para com o reconhecimento do genocídio armênio em seu site de campanha.

O compromisso de Obama com o reconhecimento do genocídio armênio foi tão claro que permitiu que ele alcançasse o apoio da comunidade armênia dos Estados Unidos já em junho de 2008. Somado a isto, o vice-presidente escolhido para compor a chapa, Joe Biden, tinha um histórico forte de apoio a causa armênia. Ademais, dentro do círculo próximo de Obama estava Samantha Power, jornalista, acadêmica e grande ativista em favor do reconhecimento do genocídio armênio. Com a ajuda de assessores importantes como Samantha Power, Obama começou a prestar atenção às questões armênias desde o início até o fim de sua campanha. Assim, com a eleição de Barack Obama, o reconhecimento do genocídio armênio por parte de um presidente estadunidense parecia ser uma realidade próxima. (ZARIFIAN, 2021).

De fato, as expectativas em relação ao reconhecimento do genocídio armênio estavam altas quando Obama assumiu o governo. Larrabee (2009) salienta que a prevenção de genocídios era um dos princípios da política externa do recém eleito presidente e isto faria com que fosse difícil sua oposição a resolução do genocídio armênio.

Todavia, ao se tornar presidente, Obama se deparou cada vez mais com a realidade de que cumprir sua promessa colocava em risco o relacionamento com um parceiro estratégico essencial: a Turquia, que nutria uma excessiva sensibilidade do para com o tema. Uma das prováveis razões para tamanha sensibilidade turca em relação ao uso do termo genocídio, pode derivar do processo de apropriação do mesmo para fins políticos iniciado na Guerra-Fria. Nações utilizavam o termo como forma de insulto para atacar o passado de seus adversários políticos. Thomas de Waal (2014) argumenta que o poder emotivo que o termo genocídio passou a carregar com o tempo, dificultou o diálogo armênio-turco. Enfrentados pela acusação de genocídio, muitos turcos sentem que estão sendo convidados a comparar seus avós com Nazistas. (WAAL, 2015). Larrabee (2009) chegou a descrever que a resolução armênia era uma bomba relógio, já que sua aprovação poderia causar danos severos às relações turco-estadunidenses.

Ankara passava a ser cada vez mais um aliado relevante para Washington. Em geral, os laços políticos, diplomáticos e militares entre os Estados Unidos e a Turquia eram robustos. Albright, Hadley e Cook (2012) apontam que a relação entre o presidente Barack Obama e o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan era importante no avanço das relações bilaterais, um exemplo disto seria que Obama contatou Erdogan por telefone por pelo menos treze vezes apenas em 2011, o que poderia evidenciar uma forte relação de trabalho. Por conta disto, para os autores, a Turquia estava entre o primeiro

grupo de países que autoridades estadunidenses faziam apelo sobre questões importantes de política externa. (ALBRIGHT; HADLEY; COOK, 2012).

Conforme exposto nesta seção, o AKP trouxe mudanças significativas para a política externa turca que passou a ser mais independente e voltada para o Oriente Médio. Não obstante, a Turquia se mostrava um aliado valioso para os Estados Unidos em um momento que grandes desafios se apontavam no horizonte. Diante deste cenário, reconhecer o genocídio armênio passou a ser uma promessa cada vez mais difícil de se cumprir. Nas próximas seções serão discutidos os principais acontecimentos e atores envolvidos no fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama.

4.2 Pressões turcas e armênias no governo Obama

Para que se compreenda o fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama se faz necessário identificar quais eram as tensões enfrentadas pelo governo. Nesta seção será analisado o papel das pressões armênias e turcas no insucesso do reconhecimento do genocídio armênio.

No que diz respeito à comunidade armênia nos Estados Unidos, Julien Zarifian (2014) assinala que de acordo com o censo demográfico estadunidense de 2010, 447.580 pessoas se declararam de ascendência armênia o que corresponderia a cerca de 0,14% da população. Mesmo sendo um número pequeno em comparação a população absoluta, Zarifian (2014) aponta que algumas características da comunidade armênia a tornam importante no jogo político.

As diferentes fases de imigração armênia para os Estados Unidos construíram uma comunidade muito diversificada. Os níveis socioeconômicos dentro da comunidade são também diversos. Essa diversidade acaba não sendo um obstáculo, pois uma questão central gera convergência e mobilização dentro

da diáspora armênia: o reconhecimento universal do genocídio armênio. (ZARIFAN, 2014).

Além disto, o padrão diferenciado de assentamento da comunidade armênia, a torna especialmente poderosa quando se trata de lobby. A comunidade está concentrada em algumas áreas como Califórnia, Nova York, Boston, Michigan, Illinois e Flórida. Na maioria dos casos estão nesses territórios há décadas o que faz com que estejam bem integrados nas redes econômicas, sociais, políticas e culturais destes locais. Em alguns distritos eleitorais, em torno de Glendale, Fresno e Watertown os armênios representam cerca de 10% dos eleitores potenciais. Os armênios também têm canais de TV, rádios e jornais nestes locais, o que pode ser usado para mobilizar eleitores. Esse potencial eleitoral é de grande importância para os parlamentares e também nas eleições presidenciais. Nos estados em que estão em maior número os armênios representam mais da metade do total de votos eleitorais necessários para eleger um presidente. Zarifian (2014) acrescenta que:

Quando a corrida está apertada, cada grupo de eleitores conta. Por exemplo, foi dito que os 18.000 armênios da Flórida desempenharam um papel significativo na eleição de George W. Bush em 2000. De fato, o candidato republicano venceu lá com algumas centenas de votos a mais que seu rival democrata, Al Gore. Oitenta por cento dos armênios americanos deste Estado votaram em George W. Bush, aparentemente por causa da recusa do governo Clinton em reconhecer o genocídio. (Julien Zarifian, 2014, tradução nossa).⁴

Esta influência da comunidade armênia é facilitada por sua organização política bastante eficaz. A diáspora armênia experimentou algumas difíceis divisões que acabaram por moldar a política e o lobby armênio. A principal

⁴ No original: "When the race is tight, every group of voters counts. For example, it has been said that the 18,000 Florida Armenians played a significant role in the election of George W. Bush in 2000. Indeed, the Republican candidate won there with a few hundred votes more than his Democratic rival, Al Gore. Eighty per cent of the Armenian Americans of this State voted for George W. Bush, apparently because of the refusal of the Clinton administration to recognize the Genocide." (Julien Zarifian, 2014 p. 506).

divisão política surgiu ainda com a sovietaização da República da Armênia, em 1920. A Federação Revolucionária Armênia (ARF) também conhecida como partido Dashnak que estava no poder em 1920, foi contrária a sovietaização armênia. Por outro lado, os armênios americanos não-Dashnak tendiam a apoiar a anexação soviética, ou pelo menos optaram por relações normalizadas com a Armênia soviética. Esta grande cisão se desenvolveu no contexto da Guerra Fria e influenciou diretamente o lobby armênio-americano. Entre as duas principais organizações armênias de lobby, uma é Dashnak, o Comitê Nacional Armênio da América (ANCA) e a outra é não-Dashnak, a Assembleia Armênia da América (AAA). A ANCA encontra sua origem no início do século 20 no Comitê Americano da ARF para a Independência da Armênia. A AAA foi fundada em 1972 por membros não-Dashnak da comunidade armênia, cuja ideia principal era criar uma organização armênia na qual líderes de vários grupos participariam da promoção dos interesses armênios. Em termos políticos, a principal diferença entre a ANCA e a AAA era sua relação com a Armênia soviética. Enquanto a ANCA permaneceu hostil às autoridades armênias soviéticas, a AAA considerou importante manter relações com a Armênia. Durante a Guerra Fria, a postura dura em relação à Armênia soviética empurrou a ANCA para mais perto das autoridades estadunidenses. Com o fim da Guerra Fria e a independência da Armênia, ambas as organizações estabeleceram relações com Yerevan. (ZARIFIAN, 2014).

Uma questão sobre a qual as duas organizações agruparam seus esforços foi na criação de um *caucus* armênio no Congresso estadunidense. O *caucus* consiste em um grupo de congressistas que se reúnem em torno de um mesmo objetivo. O *caucus* armênio foi estabelecido em 1995 e é um dos maiores no Congresso. Ele conta com mais de 150 membros e a maioria deles tem uma importante comunidade armênia em seu distrito. Além disto, o *caucus* armênio tem sido particularmente ativo nas questões relacionadas à obtenção do reconhecimento do genocídio armênio pelos Estados Unidos e Turquia e também no apoio financeiro e político para a Armênia. (ZARIFIAN, 2014).

No que se refere ao genocídio, Thomas de Waal (2014) cita o empresário armênio-americano de Massachusetts Stephen Mugar, que começou a fazer lobby no Congresso e encontrou um aliado no presidente da Câmara dos Deputados, Tip O'Neill, cujo distrito congressional incluía a cidade de Watertown considerada a capital *de facto* da comunidade armênia nos Estados Unidos. No início de 1975, instigado por Mugar e outros descendentes armênios, O'Neill conseguiu que a Câmara aprovasse uma resolução autorizando o presidente a designar o dia 24 de abril daquele ano como o "Dia Nacional em Memória da Desumanidade do Homem ao Homem" homenageando todas as vítimas de genocídio, em especial aquelas de ascendência armênia. (WAAL, 2015).

É interessante destacar que a administração liderada pelo Presidente Ford que, enquanto deputado era muito favorável ao reconhecimento do Genocídio Armênio, se opôs fortemente à esta resolução, que acabou por ser rejeitada pelo Senado. Zarifian (2013) argumenta que, por conta da resolução de 1975, o embaixador turco se encontrou diretamente com o O'Neil o que já mostrava o tamanho do esforço que o lobby turco estaria disposto a empregar para que o reconhecimento do genocídio armênio não acontecesse.

Desde então, com a clara oposição da Casa Branca ao reconhecimento oficial do genocídio armênio resoluções deste tipo falharam. Waal expõe que se tornou um exercício exaustivo e previsível por mais evidências históricas que os lobistas armênios produzam, o lobby turco joga o trunfo da segurança nacional, ameaçando que caso a votação seja favorável ao reconhecimento do genocídio o uso contínuo da base aérea turca de Incirlik pelos Estados Unidos estaria ameaçado. O autor ainda cita que em 2007, quando uma resolução de genocídio parecia certamente ser aprovada na Câmara, nada menos que oito ex-secretários de Estado intervieram com uma carta conjunta aconselhando o Congresso a abandonar a questão, o que acabou acontecendo. (WAAL, 2015).

Graças aos incansáveis esforços por parte do lobby armênio, o Congresso estadunidense chegou perto de reconhecer o genocídio armênio em diversas ocasiões, desde os anos 90. No entanto, o poder executivo temia desestabilizar

o relacionamento com a Turquia, sua importante aliada. Ao mesmo tempo, a Turquia gastou milhões de dólares em lobby no Congresso estadunidense, em grande medida, através de escritórios de advocacia como o DLA Pipers, Dickstein Shapiro ou Livingston Group, e seus emblemáticos lobistas e ex-congressistas Richard Gephardt, Dennis Hastert e Robert Livingston, para se oporem ao reconhecimento do genocídio. (ZARIFIAN, 2014).

Os Comitês do Congresso adotaram resoluções não vinculativas reconhecendo o Genocídio Armênio várias vezes, inclusive em março de 2010 para a Câmara e em abril de 2014 para o Senado. Todavia, o reconhecimento total no Congresso sempre foi bloqueado. Mesmo o governo Obama, que parecia ser mais favorável aos pedidos armênios do que seus antecessores, não promoveu e nem permitiu passos concretos para o reconhecimento do genocídio. (ZARIFIAN, 2014).

Conforme já fora exposto, Obama se comprometeu com a causa armênia durante sua campanha presidencial, além disto enquanto senador, reconheceu formalmente o genocídio armênio. No entanto, quando se tornou presidente, não usou o termo genocídio em nenhuma das suas declarações de 24 de abril em nenhum dos dois mandatos. Obama explicou nessas declarações que sua visão dos fatos não tinha se alterado, porém o presidente usou o termo armênio *Medz Yeghern* para caracterizar os massacres, evitando o termo genocídio. (ZARIFIAN, 2014). Ademais, a secretária de Estado Hillary Clinton reconheceu que o governo Obama se opôs firmemente à resolução sobre o genocídio armênio de março de 2010 do Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos deputados. Zarifian (2014) argumenta que é por esta razão que a ANCA, uma tradicional defensora de Obama, decidiu não apoiá-lo nas eleições de 2012.

O registro da questão nas últimas décadas tem demonstrado como o reconhecimento foi espinhoso para o governo dos Estados Unidos. Um exemplo disto é o caso de John Evans, um embaixador estadunidense na Armênia que foi forçado a uma aposentadoria antecipada ao usar publicamente a palavra genocídio em um discurso em 2005. (ZARIFIAN, 2021).

Ainda assim, o lobby armênio conseguiu obter resultados positivos, principalmente nos níveis estadual e municipal, nos quais muitas instituições assumiram posições claras. Zarifian (2021) elucida que:

No início do segundo mandato de Obama, 43 dos 50 estados da União haviam reconhecido o Genocídio Armênio – hoje, todos os 50 estados reconheceram formalmente o genocídio, exceto Mississippi. No nível local, muitos condados e municípios também afirmaram a realidade do genocídio e, em alguns casos, o reconhecimento foi acompanhado pela construção de monumentos e memoriais comemorativos dos eventos, como em Boston, onde um pequeno parque, chamado 'Armenian Heritage Park' foi inaugurado em 2010, com seu próprio monumento ao genocídio (ZARIFIAN, 2021, tradução nossa).⁵

Tudo isso foi alcançado apesar da contínua oposição do lobby turco e seus aliados em Washington. Uma grande especificidade no genocídio armênio é que ele é ativamente negado pela Turquia, Estado sucessor do Império Otomano. A negação turca do caráter genocida dos massacres tem sido politicamente organizada desde a década de 1960. Os esforços para se opor ao reconhecimento do genocídio pelos Estados Unidos, desde o final de 1960, assumiram diferentes formas, tais como: pressão diplomática por meio da mídia ou contatos diretos entre autoridades turcas e estadunidenses; lobby feito por profissionais contratados por autoridades turcas; pressão sobre jornalistas e acadêmicos e também a criação e financiamento de centros de pesquisa. (ZARIFIAN, 2021).

Com relação a criação e financiamento de centros de pesquisa, Almeida (2013) menciona em seu trabalho que existem instituições de pesquisa estadunidenses cujos pesquisadores recebem verba diretamente do governo turco para escreverem sobre a história da Turquia. A autora ainda referencia um artigo em que três grandes pesquisadores de genocídio narram como o

⁵ No original: "At the beginning of Obama's second term, 43 out of the 50 states of the Union had recognized the Armenian Genocide — today, all of the 50 states have formally recognized the genocide, except Mississippi. At the local level, many counties and municipalities have also affirmed the reality of the genocide and, in some cases, the recognition has been accompanied by the erection of monuments and memorials commemorating the events, such as in Boston, where a small park, called 'Armenian Heritage Park' was inaugurated in 2010, with its own genocide monument" (ZARIFIAN, 2021 p.106).

embaixador turco nos Estados Unidos contratou os serviços de um pesquisador americano, para levantar possíveis riscos nas obras de autores que citam o genocídio armênio e como neutralizar essas “ameaças”.

Com isto, é possível notar que a Turquia despendeu tempo, energia e dinheiro consideráveis para impedir o reconhecimento do genocídio armênio pelos Estados Unidos. John Evans (2016), ex-embaixador estadunidense mencionado anteriormente, descreve que o sucesso do governo turco em seu esforço para influenciar a política estadunidense tem uma longa história, remontando ao trabalho ativista de Münir Ertegün, o primeiro embaixador turco nos Estados Unidos. O embaixador Ertegün se aliou a Mustafá Kemal já em 1920 e foi o consultor jurídico oficial da Turquia durante as negociações em Lausanne, que derrubaram o Tratado de Sèvres, conforme exposto nos capítulos anteriores, deixando a Armênia e os armênios sem nenhum privilégio no acordo final de paz da Primeira Guerra Mundial. Para o autor, os esforços de lobby da Turquia são em parte bem sucedidos porque, como outras entidades que podem pressionar o legislativo e o braço diplomático do governo dos Estados Unidos, o lobby Turco tem a influência ou o dinheiro ou ambos para pagar pelas melhores e mais caras empresas de lobby. (EVANS, 2016).

Tamanha sensibilidade turca em relação ao reconhecimento do genocídio armênio, especialmente por parte dos Estados Unidos pode ter algumas possíveis explicações. Waal (2014) afirma que a busca pelo reconhecimento do genocídio pelos ativistas armênios trás luz a uma questão que a Turquia preferiria ter esquecido. Mais do que isso, o ativismo armênio contribuiu para aumentar as paixões turcas, uma vez que fortalecem, mesmo que indiretamente, o enredo nacionalista turco da Primeira Guerra Mundial. Conseqüentemente, uma resolução aprovada por uma grande potência, como os Estados Unidos, condenando os crimes históricos da Turquia inflamaria um ponto sensível. Outro tópico também levantado pelo autor é a questão territorial. Muitos formuladores de políticas turcos expressaram sua apreensão de que uma resolução de genocídio abriria caminho para concessões territoriais. Ainda assim, essa preocupação parece não ser plausível. Embora alguns grupos radicais, como a

ARF, continuam a fazer reivindicações territoriais, a República da Armênia reconheceu oficialmente as fronteiras atuais da Turquia. Com um possível restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, esse reconhecimento se tornaria formal. Nenhuma declaração feita por um partido político que governou a Armênia pela última vez em 1920 pode mudar essa realidade (WAAL, 2014).

Somado ao esforço do lobby turco e a sensibilidade do país em relação ao reconhecimento do genocídio armênio está o cenário geopolítico em que a Turquia se insere. É fato que Obama conseguiu apoio e votos da ativa comunidade armênia ao declarar seu compromisso com o reconhecimento do genocídio. No entanto, ao assumir o cargo ele se deparou com situações nas quais a Turquia seria um aliado chave para o interesse estadunidense. Nas próximas seções serão abordadas tais situações.

4.3 A importância da Turquia no contexto das guerras do Afeganistão e Iraque

De acordo com o que fora exposto até aqui, é razoável dizer que a Turquia tem sido um aliado estratégico para os Estados Unidos. A localização geoestratégica da Turquia sempre foi vista com grande importância em Washington, particularmente durante a Guerra Fria, mas também após o fim da bipolaridade. (ZARIFIAN, 2013).

Em outubro de 2001, os Estados Unidos começaram o que seria a guerra mais longa de sua história para eliminar a ameaça do Talibã e da Al Qaeda no Afeganistão. Rathnam Indurthy (2011) declara que a campanha militar liderada pelos EUA não conseguiu derrotar esses inimigos e restaurar a estabilidade política no país.

Logo depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, o governo Bush solicitou ao governo talibã, liderado por Muhammad Umar, a extradição do líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden. Ao se deparar com a recusa de sua demanda,

o governo Bush lançou a “Operação Liberdade Duradoura”, em 7 de outubro de 2001. A ela se juntou a Aliança do Norte, dominada pelos tadjiques anti-Talibã. O regime talibã foi derrotado em 9 de dezembro, quando deixou sua capital espiritual, Kandahar, e fugiu para o Paquistão. Posteriormente, fuzileiros navais dos Estados Unidos e as forças afegãs conduziram a "Operação Anaconda" contra 800 combatentes da Al Qaeda e do Talibã no vale Shah-I-Kot entre 2 a 9 de março de 2002. No dia 5 de dezembro de 2001, as principais facções anti-Talibã assinaram o acordo de Bonn, apoiado pela ONU, no qual se formaria uma administração interina de 30 membros liderada por Hamid Karzai, um líder anti-Talibã da tribo de maioria pashtun no Afeganistão para governar até que se realizasse uma *loyajirja* (grande assembleia) que pudesse escolher um governo para concorrer ao país, uma nova constituição fosse redigida e aprovada e que eleições nacionais pudessem ser realizadas. (INDURTHY, 2011).

Enquanto isso, as forças americanas e afegãs conduziram operações militares de limpeza contra o Talibã remanescente e outros combatentes militantes nas províncias do sul e do leste em diferentes períodos de tempo, de 2001 a 2005. Então, para surpresa do governo estadunidense, a violência e os ataques dos militantes talibãs eclodiram novamente, especialmente nas províncias das regiões sul e leste. Em 2009, os insurgentes talibãs expandiram sua presença em quase todas as províncias. A partir do final de 2005, o Talibã e outros grupos militantes começaram a cometer atentados suicidas, bombas em beira de estradas, além de artefatos explosivos improvisados, causando morte e destruição às forças da OTAN e civis afegãos, incluindo mulheres e crianças. (INDURTHY, 2011).

O agravamento da situação foi o resultado do renascimento dos ataques terroristas do Talibã no Afeganistão. Indurthy (2011) argumenta que isso se deu, principalmente, como resultado da decisão precipitada do governo Bush de invadir o Iraque em março de 2003, conforme já exposto nas seções anteriores.

Portanto, o presidente Obama ao assumir seu mandato em 2009 herdou duas guerras no Iraque e no Afeganistão. Ele fez do Afeganistão sua missão

própria em alternativa à indefinida e irresponsável “guerra ao terror global” de Bush. A guerra afegã é uma missão da OTAN da qual a Turquia faz parte. Além do aspecto militar, o Afeganistão apresenta vários desafios, desde as tensões étnicas até a infraestrutura e a pobreza da região. Kalin (2010) ressalta que a Turquia tem desempenhado um papel fundamental nos esforços de reconstrução e na ajuda humanitária. Assim como no Iraque, a batalha no Afeganistão não será vencida apenas por meios militares, e os EUA e aliados da OTAN terão que mobilizar outros recursos para trazer relativa paz, segurança e prosperidade ao país devastado pela guerra.

Ainda enquanto candidato presidencial, Obama foi muito crítico à guerra no Iraque, classificando-a como uma guerra de escolha. Por outro lado, ele apoiou a guerra no Afeganistão, ao classifica-la como uma guerra de necessidade. Isto se deu sob o argumento de que os terroristas da Al Qaeda que atacaram os Estados Unidos foram protegidos pelo governo do Talibã no Afeganistão. Em 15 de julho de 2008, em um discurso proferido em Washington, Obama declarou a guerra do Iraque como uma política fracassada que desviava a crescente ameaça terrorista do Afeganistão o que provava a necessidade de retirada do Iraque. Ele ressaltou, ainda que, se eleito presidente, encerraria a guerra do Iraque retirando quase todas as tropas dos Estados Unidos do território iraquiano. (INDURTHY, 2011).

Deste modo, era claro que os Estados Unidos, a Turquia, o Irã e os vizinhos árabes tinham interesse no futuro político do Iraque. Uma vez que a luta pelo poder travada no Iraque afetava a política e a estabilidade regional. Enquanto as tensões entre sunitas e xiitas no Iraque tinham um impacto em toda a região, a Turquia observava de perto o novo status dos curdos iraquianos. Os ataques do PKK à Turquia lançados do norte do Iraque nos últimos anos fazem do Iraque uma questão de segurança nacional para a Turquia conforme assinalado no capítulo anterior. A preocupação central era qual seria o impacto da retirada das tropas estadunidenses na região. (KALIN, 2010).

Com relação a esta conjuntura e sua influência no reconhecimento do genocídio armênio pelos Estados Unidos, posteriormente, em seu livro de memórias, Barack Obama (2020) expressou como o cenário político afetou sua decisão de não reconhecer o massacre de 1915 como genocídio: “eu tinha boas razões para não fazer uma declaração na época – os turcos eram profundamente sensíveis sobre o assunto, e eu estava em negociações delicadas com o presidente Erdogan sobre como administrar a retirada dos Estados Unidos do Iraque.” (OBAMA, 2020, tradução nossa).⁶

O governo Obama, então, traçou como política, buscar a ajuda da Turquia durante e após os estágios de retirada no Iraque para garantir a paz e a estabilidade no país mais frágil do Oriente Médio. A Turquia tinha um interesse vital em um Iraque unido e seguro. As relações com Bagdá estavam melhorando, mas as autoridades turcas percebiam que precisavam aprimorar suas relações com os curdos iraquianos. (KALIN, 2010).

Por outro lado, no que diz respeito ao Afeganistão, a Turquia também se fazia essencial e, portanto, colocava outra barreira para a administração Obama reconhecer o genocídio armênio. Os turcos fizeram contribuições importantes para a Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF em inglês) que foi uma missão militar multinacional no Afeganistão estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU. Os turcos comandaram a missão quatro vezes em 2002, 2005, 2009-2010 e 2010-2011. Além disto, a Turquia comandou a Capital do Comando Regional do Afeganistão e montou duas equipes de reconstrução provincial em Wardak e Jowzjan, cada uma com aproximadamente 1.700 soldados posicionados. Essa cooperação militar é percebida como essencial pelo poder executivo estadunidense, e particularmente pelo Departamento de Defesa, que é um dos principais oponentes do reconhecimento do Genocídio Armênio pela Casa Branca, por conta da ameaça da Turquia em diminuir ou mesmo interromper sua cooperação

⁶ No original: “I had good reason for not making a statement at the time—the Turks were deeply touchy about the issue, and I was in delicate negotiations with President Erdogan on managing America’s withdrawal from Iraq.” (OBAMA, 2020 p.621).

militar com os Estados Unidos caso este reconheça formalmente o genocídio armênio. (ZARIFIAN, 2013).

Como a guerra no Afeganistão se arrastava há mais de nove anos, havia fadiga de guerra entre os parceiros da coalizão dos Estados Unidos e também dos próprios estadunidenses. De acordo com o *Pew Global Attitudes Project*, uma pesquisa de opinião global, incluindo os países da OTAN, o apoio a guerra do Afeganistão estava em declínio desde 2007. A pesquisa de 2009 indicou que dentre aqueles que se opuseram à guerra muitos eram fortes aliados dos Estados Unidos, como, por exemplo, a Alemanha (63%), França (62%), Polónia (57%), Canadá (55%), Espanha (50%) e Turquia (49%). No entanto, os líderes dos países da coalizão ainda continuaram a apoiar o esforço de guerra com o compromisso de derrotar a Al Qaeda e obrigar o Talibã a chegar a uma resolução pacífica do conflito, para que eles não representassem mais uma ameaça à paz e estabilidade internacional. (INDURTHY, 2011).

O governo Obama precisaria, portanto, continuar incentivando os países muçulmanos a enviarem suas tropas ao Afeganistão e somar forças na proteção do país contra os insurgentes. Nesse sentido, a Turquia era um exemplo a ser seguido, como membro da OTAN, era o único país que mantinha uma presença constante no conflito. (INDURTHY, 2011).

Do lado estadunidense, desde a invasão, o país gastou cerca de US\$ 300 bilhões na guerra do Afeganistão. Em meados de 2011, 1.500 soldados tinham sido mortos e 12.000 feridos na guerra afegã. Isso se dava em um momento em que o país enfrenta uma taxa de 9% de desemprego, um déficit de 1,6 trilhão para 2011-12 e uma dívida nacional de 14 trilhões. Sem a previsão de um sucesso no conflito, a opinião pública interna crescia cada vez mais em direção a retirada das tropas dos Estados Unidos do Afeganistão. (INDURTHY, 2011).

Nesse sentido, para um país que se encontrava extenuado entre duas guerras, o apoio de aliados com influência regional se mostrava fundamental.

Manter boas relações com países cujos objetivos no Oriente Médio fossem minimamente alinhados com os interesses de Washington tornou-se um elemento central na política de Barack Obama. A Turquia se encaixava nesse critério e mostrava ser um parceiro chave na região. Essa parceria ganhou ainda mais importância com o surgimento de novas ameaças para a segurança internacional.

4.4 A primavera árabe e suas consequências

A administração Obama, assim como a maioria dos países do mundo, foi pega de surpresa com a eclosão da primavera árabe. As revoltas árabes alteraram, profundamente, a dinâmica regional e o papel de diferentes atores políticos. O governo Obama foi relutante em reconhecer, inicialmente, as mudanças em curso, adotando uma abordagem amplamente reativa, tentando ajustar rapidamente a política para o Oriente Médio ao enfrentar múltiplas crises em andamento. (NASSER; ROBERTO, 2017).

Um dos fatores principais que gerava dúvida na política externa dos Estados Unidos nesse momento dizia respeito à possibilidade de que os protestos pudessem resultar na ascensão ao poder de partidos islâmicos nos países envolvidos pelas revoltas árabes. Nasser e Roberto (2017) reforçam esta preocupação ao trazer à tona escritos publicados pela própria ex-secretária de Estado, Hillary Clinton, em que esta argumenta que não existia um consenso na administração Obama de que partidos islâmicos chegando ao poder no Oriente Médio significaria uma disposição destes em colaborar com os Estados Unidos e com o Ocidente. (NASSER; ROBERTO, 2017).

No que diz respeito à Turquia, foi no contexto da Primavera árabe que a atuação turca, mais uma vez, veio se alterar. Naquele momento, uma série de grupos islâmicos passaram a se apresentar como um novo modelo político para seus países, após anos de regimes autocráticos e de repressão à oposição, organizada em partidos como o partido Irmandade Muçulmana. Diante desse

cenário, o governo turco percebeu uma oportunidade no fato de que vários destes movimentos olhavam para a Turquia como um exemplo por ser um Estado governado por um partido islâmico dentro de uma burocracia secular, que apresentara níveis de crescimento econômico e estabilidade política significativos nos últimos anos. Conseqüentemente, a partir de 2011, o governo em Ancara passou a desenvolver uma política externa que procurava capitanear os movimentos regionais que, eventualmente, viessem a reproduzir o modelo turco. (NASSER; ROBERTO, 2017).

Para a administração Obama, que estava reticente em relação aos protestos de maneira geral e, por isso, não queria se envolver diretamente nos novos conflitos regionais, a parceria turca cresceu ainda mais em importância. Por se tratar de um país em crescimento econômico, aparente estabilidade democrática, com um partido islâmico pragmático e alinhado ao Ocidente, a Turquia poderia servir de exemplo caso ajudasse a tutelar outros grupos similares que chegassem ao poder em países do Oriente Médio (NASSER; ROBERTO, 2017). Obama não apenas apoiou a ideia do modelo turco enquanto exemplo aos movimentos da região como também incentivou a Turquia a assumir um papel proeminente, sobretudo frente à oposição síria, o que reforçava seu compromisso de política externa de dividir responsabilidades. Nasser e Roberto (2017) acrescentam ainda que, diante disso, a Turquia parecia surgir como uma espécie de pilar de estabilidade na região.

Em termos práticos, foi na Síria que a convergência de interesses turco-estadunidenses se tornou mais explícita. Na esteira dos protestos que ocorriam em diversos países, a Síria se envolveu em uma situação de instabilidade interna que foi se internacionalizando por conta das intervenções estrangeiras. Um dos principais atores proeminentes, neste cenário, foi a Turquia. O país que passava a se aproximar cada vez mais com o Oriente médio, ganhou destaque sobretudo no conflito sírio. (ROBERTO, 2016).

Nasser e Roberto (2017) acrescentam que:

Ainda que entre março e agosto de 2011, o governo turco tenha preferido pressionar o governo sírio a adotar reformas, mesmo já sinalizando apoio à oposição síria, é somente a partir de setembro daquele ano em diante, quando se rompem relações oficialmente com o governo de Assad, que a Turquia passa a apoiar os grupos políticos e a oposição armada contra o regime sírio. Desde então, o governo turco trabalhou com seus aliados ocidentais e com outros países da região, como Arábia Saudita e Catar, para estabelecer uma rede de apoio e suporte aos rebeldes sírios. Recursos militares e financeiros eram enviados até o território turco, dentro do qual haveria uma distribuição encoberta para os grupos de oposição dentro da Síria através das fronteiras da Turquia – pelas quais também foi facilitada a entrada de pessoas que fossem lutar no conflito sírio. (NASSER; ROBERTO, 2017 p.24-25).

Do lado estadunidense, após a Rússia e a China vetarem, em fevereiro de 2012, a resolução contra Assad do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a secretária de Estado Hillary Clinton, solicitou a criação de uma coalizão chamada “amigos da Síria” em que ações eram coordenadas multilateralmente, fora do âmbito da ONU. O grupo se formou, oficialmente no dia 24 de fevereiro de 2012 na Tunísia. A segunda reunião do grupo foi na cidade de Istambul na Turquia no início de abril de 2012. Nesta reunião foi reconhecido como representante legítimo do governo sírio o Conselho Nacional Sírio. O grupo também passou a colaborar com a rede de apoio material à oposição síria. (NASSER; ROBERTO, 2017).

Contudo, com o passar do tempo e o desenvolvimento do conflito sírio, o governo de Bashar al-Assad não foi derrubado e a guerra passou a ser marcada pelo crescimento de grupos extremistas islâmicos como, por exemplo, a Frente al-Nusra, ligado a Al-Qaeda. Somado a isso, as comunidades curdas no norte da Síria, representadas pelo Partido da União Democrática (PYD), obtiveram autonomia. A Turquia considera uma ligação do PYD com o PKK. (NASSER; ROBERTO, 2017). Essa era, de fato, uma das consequências mais preocupantes da guerra na Síria para a Turquia. De acordo com o que fora exposto no capítulo anterior, a percepção da ameaça curda é constante para a administração governamental e para as Forças Armadas turcas. Ao tomar partido e se envolver no conflito sírio, o governo de Assad retirou grande parte de suas tropas do território curdo no norte do país fazendo com que essa

população obtivesse autonomia, o que serviria para pressionar a Turquia. (NASSER; ROBERTO, 2017).

Em meados de 2014, com uma radicalização maior do conflito, a situação se agravou para os Estados Unidos com a ascensão do autodeclarado Estado Islâmico (EI). Esta ocasião foi um divisor de águas para o conflito sírio. A consolidação do grupo radical islâmico nos territórios da Síria e Iraque fez com que os Estados Unidos, junto com os países da OTAN, passassem a traçar uma estratégia conjunta no combate ao EI. Em agosto de 2014, com a expansão do grupo sobre novos territórios a partir de Ragga, na Síria e Mosul, no Iraque os Estados Unidos criaram uma coalização de países para coordenar ataques aéreos contra o EI na tentativa de conter seu avanço. Nasser e Roberto (2017) acrescentam que, desde então, a luta contra o EI passou a ser um dos principais objetivos do governo estadunidense.

A Turquia foi então chamada pelo governo Obama a se juntar à coalização montada em agosto. O governo turco, no entanto, se negou a participar da iniciativa e a ceder sua base aérea em Incirlik além de se opor à parceria entre os Estados Unidos e as unidades curdas sírias que também enfrentavam o EI. O governo estadunidense não estava disposto a enviar forças terrestres convencionais para combater o EI, isso fez com que o PYD e seu braço armado, a saber as Unidades de Proteção Popular (YPG), se tornassem um aliado chave para o Estados Unidos. (NASSER; ROBERTO, 2017).

Este momento de tensão entre a aliança turco-estadunidense foi se aprofundando com o tempo. Zarifian (2021) defende que a importância turca na luta contra o EI foi uma das questões de política externa mais tempestuosas daquela época. O autor cita uma passagem do livro *Promise me Dad* (2017), de Joe Biden, vice-presidente dos Estados Unidos na época, em que Biden descreve que no começo de 2015, uma de suas principais tarefas era tentar convencer as autoridades turcas a se envolverem mais na luta contra o EI na Síria.

Isto marcou o início de um momento tenso no relacionamento entre Washington e Ancara. Com relação à Turquia, o governo temia que ao demonstrarem sua força no combate ao EI, os curdos na Síria receberiam apoio político e material estadunidense e que no futuro, com a derrota do EI, o PYD alcançasse o reconhecimento por parte de Washington de seus ganhos territoriais. (NASSER; ROBERTO, 2017).

Esta preocupação turca se materializou, especialmente, a partir de setembro de 2014, quando o EI cercou a cidade de Kobane, que ficava na fronteira entre Síria e Turquia. Enquanto os Estados Unidos apoiavam as unidades curdas de Kobane, únicas forças terrestres que ainda sustentavam a cidade, a Turquia pouco fez para contribuir tendo criticado posteriormente a ação estadunidense de apoiar as forças curdas locais. (NASSER; ROBERTO, 2017).

O cenário começou a se alterar apenas em 2015, quando a Turquia passou a assumir uma nova postura. Nasser e Roberto (2017) explicam que:

A situação veio a mudar somente na metade de 2015, em julho, quando a Turquia assumiu uma nova estratégia: enfrentar declaradamente e abertamente o que concebia como suas duas ameaças – o PKK e o EI. Tal mudança, entretanto, parece não ter sido fruto direto da tensão com o Ocidente, mas sim de uma dura derrota sofrida pelo governo AKP nas eleições domésticas em junho. Pela primeira vez desde que chegara ao poder, o governo AKP perdeu maioria no parlamento, enquanto o partido ligado ao movimento curdo turco pela primeira vez conseguiu passar da barreira de 10% de votos necessários para entrar no parlamento: o HDP (Partido Democrático dos Povos) recebeu 13,1% dos votos, conquistando 80 assentos. (NASSER; ROBERTO, 2017 p.26-27).

As eleições de junho representaram uma derrota significativa para Erdogan e o AKP com o partido curdo turco chegando ao parlamento na Turquia. (ROBERTO, 2016). O governo de coalizão criado foi negado por parte do AKP e isto fez com que novas eleições tivessem que ser convocadas para novembro de 2015. Em busca de uma vitória no novo pleito, o governo AKP resolver optar por uma nova estratégia, recorrendo a uma abordagem mais nacionalista e assertiva. Para isso, o governo se colocou realmente contra o EI ao mesmo

tempo que retomou o combate ao PKK dentro do país. (NASSER; ROBERTO, 2017).

A consequência disto foi sentida em pouco tempo. Em julho de 2015, menos de um mês após a derrota do AKP na eleição, a Turquia se juntou à coalizão contra o EI, permitindo o uso de base aérea em Incirlik e também iniciando ataques aéreos na Síria. Concomitantemente, a Turquia decretou o encerramento do cessar-fogo que tinha sido estabelecido com o PKK desde 2013, retomando a guerra contra o grupo. Ciente de que os Estados Unidos precisavam do apoio turco contra o EI, Ancara entrou no combate ao mesmo tempo em que afirmava a luta contra o PKK (ROBERTO, 2016). No que se refere à mudança de estratégia turca, Nasser e Roberto (2017) adicionam que:

A nova estratégia da Turquia, entretanto, não alterou o fato de que Ancara seguiu percebendo os curdos como sua principal ameaça. Da mesma forma, os EUA continuaram vendo o EI como seu principal inimigo em solo sírio, o que significava uma predisposição a continuar utilizando o apoio das forças do PYD e YPG contra o grupo radical islâmico. (NASSER; ROBERTO, 2017 p.27).

No nível doméstico, desde 2014 o PKK já havia reiniciado alguns atentados contra policiais. O partido curdo HDP, no entanto, foi reticente e não repudiou veementemente as ações do PKK. Simultaneamente, em julho e outubro de 2015, ocorreram atentados perpetrados pelo EI em Suruç e Ancara o que contribuía para o aumento no clima de insegurança. O governo AKP previa uma piora na situação do país e culpava o HDP por não conseguir controlar o PKK. Quando as eleições ocorrem novamente, em novembro de 2015, grupos nacionalistas que votavam tradicionalmente no Partido de Ação Nacionalista (MHP) migraram para o AKP, além disto alguns grupos liberais e de esquerda, que anteriormente tinham votado no HDP, desconfiando de sua ligação com o PKK, apoiaram o AKP. Com isso, o AKP obteve 49,49% dos votos e 317 assentos no parlamento, alcançando uma nova maioria, enquanto o HDP caiu para apenas 10,75% dos votos e 59 assentos. (ROBERTO, 2016).

Quanto às relações turco-estadunidenses, esses desenvolvimentos trouxeram uma nova oportunidade e, ao mesmo tempo, uma complicação para o relacionamento bilateral. De um lado, a participação militar ativa da Turquia na coalizão foi considerada um desenvolvimento bem-vindo pelos Estados Unidos. O uso da base de Incirlik, bem como a crescente coordenação entre a coalizão internacional e a Turquia contribuiriam na eficácia da luta contra o ISIS. A vigilância das atividades do ISIS seria mais fácil e conveniente com o uso das bases aéreas da Turquia. Tudo isto poderia contribuir para a aproximação dos dois países em sua abordagem no norte da Síria, ao menos em nível tático. Desde o início da crise da Síria a Turquia e os Estados Unidos têm encontrado dificuldades para alcançarem coordenação o que impactou na cooperação estratégia dos dois países. (KANAT; USTUN, 2015).

Em 24 de agosto de 2016, em resposta aos avanços do PYD, o governo turco realizou sua primeira intervenção militar terrestre direta na Síria, a Operação Escudo do Eufrates. Foram utilizadas forças especiais e veículos blindados, além disto, as unidades do Exército Sírio Livre (ESL) ajudaram o governo turco a expulsar da cidade síria de Jarabulus, na fronteira com a Turquia, forças do EI. Com esta operação militar, o EI perdeu a última cidade que ainda estava sob o seu controle ao longo da fronteira turca. A estratégia de combate turca do EI estava diretamente ligada à sua tática frente ao PYD. Roberto (2016) aponta que: “Jarabulus estava dominada pelo EI fazia muito tempo, mas a Operação Escudo do Eufrates ocorreu somente depois do PYD atravessar o Rio Eufrates e tomar a cidade síria de Manbij, duas semanas antes, distante menos de 40km de Jarabulus.” (ROBERTO, 2016 p.8).

Portanto, é possível afirmar que o envolvimento da Turquia no conflito sírio teve como uma de suas razões, o controle do PYD na Síria. É evidente que o envolvimento turco não se deu apenas por conta do PYD. O avanço do EI na região representava uma ameaça para a Turquia. Kasapoğlu e Ergun (2015) apontam que o EI, enquanto uma organização extremista que conduziu o terror em operações contra a Turquia, apresenta desafios de segurança também em

relação a refugiados, contrabando e aumento da criminalidade pelo fato de estar presente perto das fronteiras turcas.

O envolvimento turco, mesmo que tardio, foi de grande relevância para os aliados no combate ao EI dentre eles os Estados Unidos. A administração Obama, conforme já mencionado, além de duas guerras herdadas, também se comprometeu com o conflito sírio. Neste cenário, o relacionamento com a Turquia era de vital importância para resolução de tais disputas. Essa importância pode ser relacionada ao fracasso no reconhecimento do genocídio armênio pelo governo Obama.

4.5 Conclusões parciais

Em 2015, o genocídio armênio completou seu centenário e a data foi lembrada em todo o mundo. A república da Armênia organizou uma grande evento em sua capital, Yerevan. Muitos líderes mundiais e líderes religiosos participaram do evento. Além disso, o presidente alemão Joachim Gauck e o Papa Francisco escolheram o ano de 2015 para se referirem publicamente ao genocídio armênio pela primeira vez. Este centenário foi uma das oportunidades finais de Obama reconhecer e se referir publicamente aos eventos de 1915 enquanto genocídio. No entanto, o presidente decidiu não alterar sua postura política relacionada a questão. Ademais o presidente não se juntou a François Hollande e Vladimir Putin, entre outros chefes de Estado ou de governo em Yerevan, ao invés disso, enviou uma delegação de visibilidade, relativamente, baixa composta pelo secretário do Tesouro, Jacob Lew, o embaixador estadunidense na Armênia e quatro legisladores. (ZARIFIAN, 2021).

Conforme exposto neste capítulo, a importância estratégica da Turquia em um momento que se mostrou geopoliticamente tenso se colocou no caminho do reconhecimento do genocídio armênio pelo governo Obama, mesmo com os memoriais do centenário inflamando a opinião pública em relação ao assunto. O temor de que o reconhecimento causaria danos severos às relações turco-

estadunidenses foi um dos pontos-chave do seu fracasso. Conforme argumenta Zarifian (2021):

Mais uma vez, o reconhecimento do Genocídio Armênio, desta vez por seu centenário em 2015, ficou em segundo plano devido à geopolítica. O contexto geopolítico fez com que o governo dos EUA considerasse a Turquia um parceiro indispensável. Essa centralidade também foi evidenciada pela visita do ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlüt Çavuşoğlu, a Washington apenas dois dias antes de 24 de abril, onde se encontrou com John Kerry e Susan Rice (Zarifian, 2021, tradução nossa).⁷

É importante destacar a relevância que reconhecimentos de genocídios, em especial o genocídio armênio, trazem para as relações internacionais e os direitos humanos, de modo geral. Damasceno e Lourenço (2016) defendem que o reconhecimento não serve para fins de confirmação apenas, uma vez que existem inúmeros documentos e testemunhos que registram os acontecimentos. Mais do que isto, o reconhecimento surge para evitar o cultivo da revolta por parte dos armênios e, também, para que se estabeleça uma política partidária em que turcos entendam os erros cometidos e, assim, fortaleçam suas relações com a Armênia, deixando o passado para trás.

Almeida (2013) pontua que a contínua negação do genocídio armênio impede que os sobreviventes vivenciem suas perdas. Isto faz com que fiquem presos àquele momento, não conseguindo compreender, tampouco, se liberar do trauma. Negar o que aconteceu contribuiu para o genocídio perpetuando o processo de luto ao absolver os culpados e isto pode trazer risco para que genocídios futuros ocorram.

A segurança e a estabilidade internacional foram elementos cruciais levados em conta pelos Estados Unidos e a administração Obama na decisão de não reconhecer os massacres deferidos contra a população armênia em 1915

⁷ No original: "Once more, the recognition of the Armenian Genocide, this time for its centenary in 2015, was pushed into the background due to geopolitics. The geopolitical context made the US administration consider Turkey as an indispensable partner. This centrality was also evidenced by the visit of Turkey's Foreign Minister Mevlüt Çavuşoğlu to Washington a mere two days before April 24, where he met with John Kerry and Susan Rice". (Zarifian, 2021 p.114).

enquanto crime de genocídio. No entanto, reconhecer formalmente o que de fato aconteceu, parece ser um caminho viável em direção a reconciliação e paz no cenário internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar os elementos do fracasso no reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama. Para tal foi introduzido, inicialmente, o contexto histórico e os eventos que culminaram no genocídio da população armênia pelo então Império Turco Otomano. Nesse sentido, foi também apresentado o conceito de genocídio e como a definição do termo acabou trazendo algumas ambiguidades que acabam servindo como brecha para que países escapem de sua responsabilização.

Em seguida foram levantados os principais aspectos do relacionamento turco-estadunidense. Com o fim da Segunda Guerra Mundial a relevância turca para os interesses estadunidenses passou a crescer cada vez mais. O fim da Guerra Fria também contribuiu para um aumento na importância estratégica da parceria entre Ancara e Washington.

No entanto, alguns pontos de fricção surgiram no caminho. A questão curda e a Guerra do Iraque, com certeza, representaram um dos maiores pontos de tensão no relacionamento turco-estadunidense. Conforme demonstrado, o crescimento do PKK gerou insegurança para as autoridades turcas, que já se preocupavam há algum tempo com o separatismo curdo.

Ademais, o governo do AKP trouxe mudanças significativas para a política interna, e principalmente externa da Turquia. O país passou a se envolver cada

vez mais com o seu entorno regional e o alinhamento com o Ocidente passou a ser mais questionado internamente.

Ao assumir a presidência em 2009, Barack Obama teve de lidar com diversas questões. O presidente fora eleito sob uma campanha que prometia reduzir a presença estadunidense no Oriente Médio. Além disto, as guerras do Afeganistão e Iraque, estavam demandando uma quantidade considerável de recursos e a opinião pública estadunidense pressionava cada vez para que o país se retirasse destes conflitos.

Somado a isto, a primavera árabe, o aumento das tensões no Oriente Médio, o conflito Sírio e ascensão do EI foram cruciais para que se formasse um forte entendimento em Washington de que a parceria com Ancara era valiosa.

Isto ficou demonstrado com o fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama. Apesar da incisiva promessa feita em sua campanha eleitoral, Obama nunca chegou a utilizar publicamente o termo genocídio depois que assumiu a presidência em 2009.

A sensibilidade turca para com o reconhecimento do genocídio armênio, sem sombra de dúvidas, é um elemento chave para se compreender o fracasso do reconhecimento do genocídio armênio pela administração Obama. O conturbado cenário internacional e as tensões crescentes no Oriente Médio faziam com que a Turquia fosse um ator chave para os interesses estadunidenses de política externa.

A partir da análise deste cenário político tanto interno, quanto externo foi possível identificar alguns elementos que podem ter contribuído na decisão política da gestão Obama em não reconhecer formalmente o genocídio armênio.

A importância de se pesquisar a respeito deste tema reside na ideia de que o reconhecimento do genocídio armênio pode trazer contribuições para o

desenvolvimento do relacionamento turco-armênio além de contribuir para a valorização dos direitos humanos internacionais.

REFERÊNCIAS

ALBRIGHT, Madeleine Korbelt; HADLEY, Stephen J.; COOK, Steven A. **U.S.-Turkey Relations: A New Partnership**. Nova York: Council on Foreign Relations, 2012. 96 p.

ALMEIDA, Ligia Cristina Sanchez de. **Armênios e gregos otomanos: a polêmica de um genocídio**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13112013-124311/pt-br.php>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BARRINHA, André. Turquia. **Política Externa: as relações internacionais em mudança**, [S.L.], p. 361-386, 2011. Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0086-4_15. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/31224?mode=simple>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BEYOGHLOW, Kamal A. **Turkey and the United States on the Brink: Implications for NATO and the US-Turkish Strategic and Military Partnership**. Carlisle: United States Army War College Press, 2020. 86 p.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado.

EVANS, John M. **Truth Held Hostage: america and the armenian genocide - what then? what now?** London: Gomidas Institute, 2016. 200 p.

GÜN, Mustafa. **The USA -Turkey Relationship after the 2003 Iraq crisis**. Bilge Strateji, Bahar, v. 2, n. 2, p. 137-168, jan. 2010. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/43519>. Acesso em: 06 out. 2021.

INDURTHY, Rathnam. The Obama Administration's strategy in Afghanistan. **International Journal on World Peace**, Nova York, v. 28, n. 3, p. 7-52, set. 2011. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23266718?read-now=1&refreqid=excelsior%3A2c10e6166fe62e86ecc4770a402c289f&seq=14#page_scan_tab_contents. Acesso em: 13 jan. 2022.

KALIN, Ibrahim. US–Turkish relations under Obama: promise, challenge and opportunity in the 21st century. **Journal Of Balkan And Near Eastern Studies**,

[S.L.], v. 12, n. 1, p. 93-108, mar. 2010. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/19448950903507529>.

KANAT, Kilic; USTUN, Kadir. U.S.-Turkey realignment on Syria. **Middle East Policy**, Washington, v. 22, n. 4, p. 88-97, dez. 2015.

KASAPOĞLU, Can; ERGUN, F. Doruk. Turkey Joins the Anti-ISIS Coalition: safe-zone plan revisited. **Centre For Economics And Foreign Policy Studies (Edam)**, Istambul, v. 1, n. 1, p. 1-31, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://edam.org.tr/en/turkey-joins-the-anti-isis-coalition-safe-zone-plan-revisited/>. Acesso em: 8 jan. 2022.

LARRABE, F. Stephen. Obama's Foreign Policy: Opportunities and Challenges. **Insight Turkey**, Ancara, v. 11, n. 1, p. 1-11, jan. 2009. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26330896?seq=3#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 12 jan. 2022.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. **Pragmatismo e humanitarismo: a política externa brasileira e a causa armênia (1912-1922)**. 2016. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/146701>. Acesso em: 05 out. 2021.

MIRANDA, Luciana Meira Lins. Uma abordagem política e jurídica do genocídio armênio. **Revista de Estudos Internacionais**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 84-105, 2011. Disponível em: <https://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/73>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MORGENTHAU, Henry. **A história do embaixador Morgenthau: o depoimento pessoal sobre um dos maiores genocídios do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 324 p.

NASSER, Reginaldo Mattar; ROBERTO, Willian Moraes. A evolução da aliança EUA-Turquia: ápice e crise do “modelo turco” sob o governo Obama e as revoltas árabes. In: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, São Paulo. **GT 12 – ESTUDOS SOBRE ESTADOS UNIDOS**. [S. L.]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2017. p. 1-30. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt12-24>. Acesso em: 08 nov. 2021.

NASSER, Reginaldo Mattar; ROBERTO, Willian Moraes. A QUESTÃO CURDA NA GUERRA DA SÍRIA: dinâmicas internas e impactos regionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 106, p. 219-246, abr. 2019. Fap UNIFESP (SCIELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-219246/106>.

OBAMA, Barack. **A promised Land**. Nova York: Crown, 2020. 751 p.

OLIVEIRA, Amanda Muniz; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Rock e Direitos humanos: System of a Down e o genocídio armênio. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/27436>. Acesso em: 23 nov 2021.

ORTEGA, Mayara Rodrigues. **A questão curda como projeto político: o conflito curdo-turco e o nacionalismo curdo**. 2020. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/58961?locale-attribute=es>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ROBERTO, Willian Moraes. A Estratégia da Turquia Frente ao Estado Islâmico: entre a percepção governamental de ameaça e a relação com a Otan. **Neiba**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-11, fev. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27459>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SANTOS, Marco Aurelio Moura dos; OLIVEIRA, Erico Lima de; VECCHIO, Victor Antonio del. O genocídio Armênio no direito internacional. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S.L.], v. 113, p. 587-606, 8 abr. 2019. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v113i0p587-606>.

SAYARI, Sabri. New Directions in Turkey–USA Relations. **Journal Of Balkan And Near Eastern Studies**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 129-142, jun. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19448953.2013.775022>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19448953.2013.775022>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SZYMAŃSKI, Adam. Turkish Foreign Policy in 2007–2009: Continuity or Change? **The Polish Quarterly of International Affairs**, Warsaw, v. 34, n. 2, p. 10-43, dez. 2009. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=98911>. Acesso em: 18 dez. 2021.

TUĞAL, Cihan. Democratic Janissaries? Turkey's role in the arab spring. **New Left Review**, Londres, v. 1, n. 76, p. 133-150, ago. 2013. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii76/articles/cihan-tugal-democratic-janissaries>. Acesso em: 4 nov. 2021.

WAAL, Thomas de. **The G-Word The Armenian Massacre and the Politics of Genocide**. Foreign Affairs, jan. e fev. 2015. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/g-word>. Acesso em: 18 out. 2021.

WALT, Stephen M. "Alliance Formation and the Balance of World Power". In: BROWN, Michael E., LYNN-JONES, Sean M. & MILLER, Steven E. (Orgs.) **The Perils of Anarchy – Contemporary Realism and International Realism**, Cambridge: MIT Press, 1995. Pp. 208-248.

WALTZ, Kenneth N. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Lisboa: Gradiva, 2002. 340 p.

ZARIFAN, Julien. **The United States and the (Non-)Recognition of the Armenian Genocide**. Études arméniennes contemporaines, 1 | 2013, 75-95. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eac/361?lang=en#citedby>. Acesso em: 18 de out de 2021.

ZARIFIAN, Julien. **The Armenian-American Lobby and Its Impact on U.S. Foreign Policy**. Society, [S.L.], v. 51, n. 5, p. 503-512, 19 ago. 2014. Springer Science and Business Media Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272013337_The_Armenian-American_Lobby_and_Its_Impact_on_US_Foreign_Policy. Acesso em: 06 out. 2021.

ZARIFIAN, Julien. Why did President Obama Not Recognize the Armenian Genocide? Hints from the Obama Administration Memoirs – and Other Sources. **Ad Americam. Journal Of American Studies**, Poland, v. 1, n. 22, p. 101-124, jan. 2021. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=968363>. Acesso em: 24 jan. 2022.